

MARÇO DE 2023

DINAMITE PURA

COMO A POLÍTICA MINERAL DO GOVERNO
BOLSONARO (2019-2022) ARMOU UMA BOMBA
CLIMÁTICA E ANTI-INDÍGENA

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO DA
MINERAÇÃO

OBSERVATORIODAMINERACAO.COM.BR

SINAL
DE FUMAÇA 
MONITOR SOCIOAMBIENTAL

SINALDEFUMACA.COM

ÍNDICE

<u>Introdução</u>	3
<u>Setor mineral brasileiro: governança e números</u>	5
<u>Linha do Tempo</u>	9
2019	10
2020	18
2021	34
2022	51
<u>Conclusão e sugestões</u>	75
<u>Créditos e agradecimentos</u>	81

INTRODUÇÃO

Na mineração, nada acontece por acaso ou da noite para o dia. O cenário atual, seja para o garimpo em terras indígenas ou para a grande mineração transnacional, foi estruturado pouco a pouco, escavadeira a escavadeira, trator a trator, via mudanças infralegais aqui, projetos de lei acolá, reuniões suspeitas e outras escancaradas. Barra de dinamite a barra dinamite, foi armada uma verdadeira bomba climática brasileira.

Uma análise dos últimos anos do setor mineral no Brasil revela um emaranhado de alterações cruciais na governança, a forte incidência do lobby de grandes mineradoras e grupos empresariais do garimpo e a explosão das invasões em terras indígenas e áreas protegidas — além do recorde de faturamento da categoria, mesmo em meio a pandemia.

Na ressaca do governo de Jair Bolsonaro e início da gestão Lula, este relatório oferece um amplo panorama e destaca fatos emblemáticos que explicam como chegamos a situações gravíssimas de mau uso da terra, degradação socioambiental e violações de direitos humanos. Apesar de diversas reportagens na imprensa e denúncias dos movimentos sociais, frequentemente os escândalos e crimes envolvendo a mineração caem no esquecimento para serem retomados subitamente, como foi o caso da tragédia humanitária vivida pelo povo Yanomami em Roraima no início de 2023.

O governo de Jair Bolsonaro herdou de Michel Temer mudanças significativas feitas no setor mineral.

Por meio de uma série de Medidas Provisórias (MPs) e decretos publicados entre 2017 e 2018, Temer essencialmente transformou o antigo **Departamento Nacional de Produção Mineral** (DNPM) na **Agência Nacional de Mineração** (ANM), uma estrutura parecida, mas com ares de “modernização” e “eficiência”. **Temer** também mudou as alíquotas e a distribuição da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) e alegou que, com a ANM e demais alterações, **o setor mineral brasileiro ganharia** em segurança jurídica, pesquisa mineral e atração de investimentos. O **objetivo expresso** das mudanças era aumentar a participação da mineração no PIB para 6%, o dobro do patamar atual

Ao assumir a presidência, Jair Bolsonaro seguiu o mesmo caminho e nomeou, para o Ministério de Minas e Energia (MME), o almirante da Marinha Bento Albuquerque, militar ligado ao setor de energia nuclear. A busca por aumentar a participação da mineração no PIB – que está em 3,1%, segundo o **IPEA** – foi continuada.

MME e a ANM atuaram como parceiros das grandes mineradoras e facilitaram o caminho dos investimentos ao alterar regras, apostar em incentivos financeiros e estender o tapete vermelho para o lobby mineral não só em Brasília, mas no mundo.

Logo de saída, Bolsonaro e o MME precisaram lidar com as consequências do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, que matou 270 pessoas e é considerado o pior "acidente de trabalho" da história do Brasil. A gravidade do caso, porém, não alterou os rumos da política mineral que já haviam sido definidos pelo governo.

Durante a gestão Bolsonaro, o garimpo ganhou protagonismo político inédito. Em discursos e práticas, o ex-presidente, seu vice Hamilton Mourão, o ex-ministro Ricardo Salles e outros membros da cúpula federal bolsonarista trocaram afagos com o lobby do garimpo ilegal em coordenação com governadores e parlamentares, resultando na explosão da atividade em terras indígenas e unidades de conservação, com aumento superior a 600% em uma década e impacto concentrado nos últimos quatro anos, como mostrou o **MapBiomias**.

O engajamento bolsonarista ficou ainda mais explícito com a participação de empresários do garimpo no financiamento dos atos terroristas de

08 de janeiro e as ligações com parlamentares vinculados ao garimpo - que estão sendo investigadas pelo governo Lula.

George Washington, acusado de tentar explodir um caminhão com querosene no aeroporto de Brasília, **foi recebido pelo deputado Joaquim Passarinho** (PL-PA), ferrenho defensor do garimpo, um mês antes da tentativa de atentado. Empresários do Pará, Rondônia e Mato Grosso **ligados ao agronegócio e ao garimpo** financiaram parte dos golpistas. Pecuaristas, garimpeiros e políticos usaram as redes sociais para **convocar seguidores de Bolsonaro ao golpismo**.

Assim, a linha do tempo apresentada neste relatório mostra que durante o governo Bolsonaro tanto a mineração industrial quanto o garimpo ilegal viveram "anos dourados" na teoria, na prática e com centenas de bilhões de reais investidos nos **mercados interno e global**. No rastro desse dinheiro, uma dinâmica conhecida e sofisticada de influência corporativa, corrupção e captura do Estado.

**SETOR MINERAL
BRASILEIRO:
GOVERNANÇA
E NÚMEROS**

ESTRUTURA FEDERAL DO SETOR MINERAL



AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO:

De acordo com o site oficial, "a Agência Nacional de Mineração - ANM é uma autarquia federal sob regime especial, criada pela Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, dotada de personalidade jurídica de direito público com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e circunscrição em todo o território nacional". A ANM regula, outorga e fiscaliza o setor mineral, incluindo: Pesquisa Mineral; Lavra de Substâncias; Garimpos; Extração de Materiais para Construção Civil; Fósseis; Água Mineral; Certificado Kimberley (Exploração de Diamantes).

VALORES

Segundo dados da mais recente edição do **Anuário Mineral Brasileiro**, em 2021, as substâncias metálicas responderam por cerca de 89% do valor total da produção mineral brasileira. Onze substâncias destacam-se por corresponderem a 99,7% da produção metálica: alumínio, cobre, cromo, estanho, ferro, manganês, nióbio, níquel, ouro, vanádio e zinco.

O valor da produção dessas onze substâncias totalizou R\$ 312,9 bilhões, com o ferro respondendo sozinho por cerca de R\$ 250 bilhões, cuja produção é concentrada, principalmente, nos estados do Pará e Minas Gerais. O ouro corresponde a 8,5% do valor comercializado, segunda maior participação do total.

PRODUÇÃO MINERAL BRASILEIRA - 2021

	Substância Mineral	Valor Total (R\$)
1	Alumínio (Bauxita)	5.436.681.849
2	Cobre	18.249.632.321
3	Cromo	382.603.454
4	Estanho	1.544.151.737
5	Ferro	250.698.910.257
6	Manganês	625.957.307
7	Nióbio	1.098.461.500
8	Níquel	6.896.739.348
9	Ouro (Concessão + PLG)	27.056.172.748
10	Vanádio	170.955.316
11	Zinco	732.108.361

TOTAL BRASIL: R\$ 312.916.142.439

O CAMINHO DO OURO

**1**

O ouro é extraído por garimpeiro ou cooperativa de garimpo

2

O ouro bruto é vendido em Postos de Compra de Ouro (PCOs), entrepostos comerciais vizinhos aos garimpos;

**3**

Instituições Financeiras (IFs) compram ouro bruto dos PCOs e encaminham para fundidoras

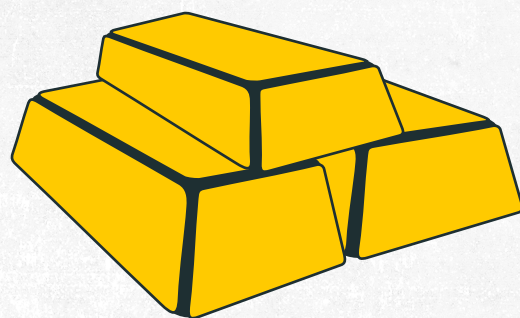
4

Fundidoras devolvem às IFs o ouro refinado de acordo com padrões de pureza aceitos pelo mercado

5

Com o ouro refinado, as IFs podem:

- Custodiar a commodity na bolsa de valores, recebendo em troca certificado para comercialização
- Vender a barra de ouro para pessoas físicas, empresas como joalherias ou outras IFs
- Exportar



O QUE É UMA DTVM?

As Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) são instituições financeiras que atuam nos mercados financeiro e de capitais. Uma DTVM, que é autorizada a operar pelo **Banco Central**, pode se especializar na compra e venda de ouro como ativo financeiro. E por uma DTVM, por exemplo, que o garimpeiro ilegal pode lavar o ouro extraído irregularmente, apresentando uma permissão de lavra falsa e obtendo nota fiscal que autoriza o ouro a ser transportado e negociado. Cinco DTVMs concentram o comércio de ouro ilegal no Brasil e várias têm sido **alvo de investigações nos últimos anos**.

LINHA DO TEMPO

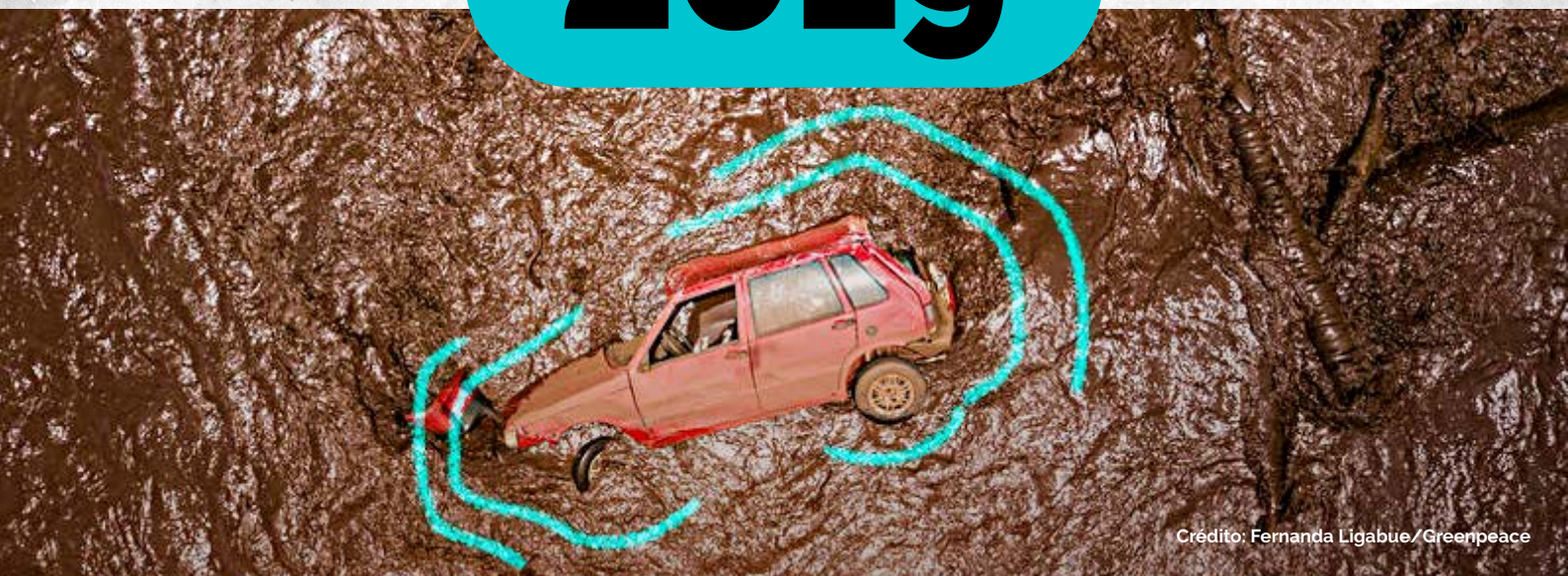
• • 2019 • •

• • 2020 • •

• • 2021 • •

• • 2022 • •

2019



Crédito: Fernanda Ligabue/Greenpeace

JANEIRO

CRIME DA VALE EM BRUMADINHO AFETA AGENDA DO MINISTRO DE MINAS E ENERGIA

Em 25 de janeiro de 2019, uma barragem da Vale localizada em Brumadinho (MG) rompeu, matando 270 trabalhadores da empresa e vítimas atingidas pela onda de lama que atingiu o Rio Parapeba. Foi o segundo rompimento de barragem da Vale em pouco mais de três anos. Em novembro de 2015, uma barragem da Samarco, controlada por joint-venture formada pela Vale e pela mineradora anglo-australiana BHP, rompeu em Mariana, matando 19 pessoas e poluindo com rejeitos tóxicos mais de 600 quilômetros de rios até o Oceano Atlântico no Espírito Santo. Em fevereiro de 2021 a Polícia Federal **concluiu** que perfurações feitas pela Vale cinco dias antes causaram o desastre em Brumadinho. As perfurações foram o gatilho para a liquefação e o colapso da estrutura.

Em seu **discurso de posse**, o ministro de Minas

e Energia escolhido por Bolsonaro, Bento Albuquerque, disse: "no setor de mineração o nosso compromisso é implementar um novo arranjo institucional, contribuindo para reestruturação da recém-criada Agência Nacional de Mineração (ANM), a fim de garantir a segurança jurídica para longas fases de maturação de projetos de mineração, e assim aumentar investimento do setor".

Um dia antes do rompimento da barragem da Vale em Minas Gerais, em 24 de janeiro, a agenda do ministro Bento Albuquerque registrou uma **reunião** com "associações do setor de mineração". Depois do rompimento da barragem, em 25, o ministro se reuniu com a Vale em 29 de janeiro, parte dos compromissos do "gabinete de crise" formado pelo governo Bolsonaro para enfrentar os desdobramentos do crime.



NO FIO DA DINAMITE:

Ao longo do governo Bolsonaro, a Frente Parlamentar Mista da Mineração se articulou para defender a aceleração de processos na ANM, abertura de novas áreas para leilões e prioridade para pequenos e médios mineradores, além da desburocratização geral.



Crédito: Nilmar Lage/Greenpeace

2019

MARÇO

GOVERNO ANUNCIA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS E TRABALHA PARA ATRAIR INVESTIDORES INTERNACIONAIS

Jair Bolsonaro, que afirma ter passado de garimpeiro e se orgulha disso, sempre teve os povos indígenas como inimigos declarados.

Desde o início, o governo de Jair Bolsonaro priorizou a participação brasileira no Prospectors & Developers Association of Canada (PDAC), estabelecido em 1932 e que é considerado o maior e mais importante do setor de mineração no mundo. Logo em **março de 2019**, em discurso aos investidores canadenses e internacionais presentes ao evento, o ministro Bento Albuquerque anunciou planos de permitir a atividade mineral em terras indígenas e zonas de fronteira, além de abrir o programa nuclear brasileiro a empresas privadas.

Foi a primeira vez que o Brasil figurou como um dos patrocinadores do PDAC, com o objetivo de "assegurar maior visibilidade aos projetos e às empresas do país". O lema da comitiva brasileira ao PDAC 2019 foi "World Class Exploration Opportunities", representando um país com oportunidades de exploração em 'classe mundial', termo do setor para jazidas de grande porte e alto teor mineral. Na prática, um convite oficial, deliberado e patrocinado para a abertura de novas frentes de exploração em solo brasileiro por grandes multinacionais.

NO FIO DA DINAMITE:

Este foi o início da articulação que, um ano depois, deu origem ao PL 191/2020 para liberar mineração em terras indígenas, assinado por Jair Bolsonaro, Bento Albuquerque e o então ministro da Justiça, Sérgio Moro (leia mais a seguir).



Crédito: Lunae Parracho/Greenpeace

2019

ABRIL

META DE GOVERNO: AMPLIAR A MINERAÇÃO DE URÂNIO NO BRASIL

Passar por cima da Constituição e do Congresso para permitir que empresas estrangeiras possam explorar as reservas de urânio brasileiras, estimadas em pelo menos 609 mil toneladas, o que coloca o Brasil em sétimo lugar no ranking mundial. Essa foi a intenção expressa em anúncio feito **pele ministro de Minas e Energia**, Bento Albuquerque, em abril de 2019.

INCONSTITUCIONAL: A Constituição Federal de 1988 veda a participação de entes privados na exploração de urânio, material usado na fabricação de combustível para usinas nucleares, por ser atividade estratégica sob monopólio da União. O Brasil tem identificadas 309.000 toneladas de urânio distribuídas entre Bahia, Ceará, Paraná e Minas Gerais. Menos de um terço do território brasileiro foi alvo de pesquisas em busca do minério e estima-se que somente a região Norte tenha potencial para abrigar outras 300 mil toneladas de urânio, com indícios de depósitos no Amazonas e no Pará

O almirante nomeado ministro de Minas e Energia por Bolsonaro foi diretor-geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha; assim que assumiu o cargo, fez o MME incorporar a Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep) e a Indústria Nucleares do Brasil (INB), até então vinculadas ao Ministério de Ciência e Tecnologia. **De acordo com o jornal Valor Econômico**, a “flexibilização” das regras para pesquisa e produção de urânio foi um dos pleitos que entraram na pauta da equipe

de transição antes mesmo da posse de Bolsonaro. Quem lançou as bases para essa mudança foi Michel Temer, que editou o **decreto 9.600**, conduzido pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI), dispendo sobre “fomentar pesquisa e prospecção de minérios nucleares, incentivar a produção nacional desses minérios e seus subprodutos para atender demanda interna e exportações e assegurar o recurso geológico estratégico de minério nuclear”

NO FIO DA DINAMITE:

Os objetivos do governo Bolsonaro para a energia nuclear foram confirmados no **Plano Nacional de Energia 2050**, publicado no fim de 2020. Entre as metas, constam “aprimorar o marco regulatório associado à energia nuclear, passando pela flexibilização do monopólio da União, pela estrutura organizacional do setor e pela sua regulamentação” e “retomar a prospecção de urânio em todo o território nacional”. Perto do fim do mandato, em novembro de 2022, a Câmara dos Deputados aprovou uma MP de Bolsonaro que autorizou parcerias público-privadas na exploração de minérios nucleares.



Crédito: Divulgação/Frente Parlamentar Mista da Mineração

2019

JUNHO

FRENTE PARLAMENTAR DA MINERAÇÃO É LANÇADA NO CONGRESSO NACIONAL

A Frente Parlamentar Mista da Mineração foi lançada em junho de 2019 com 236 deputados e senadores. O presidente da FPM, **entre sua criação e o fim da legislatura em 2022**, foi o deputado Ricardo Izar (PP/SP). Izar, 53 anos, é deputado federal desde 2011 e já passou por quatro partidos na sua trajetória política (PP, PTB, PV e PSD). Figura discreta na Câmara, sem protagonismo em qualquer tema, Izar assumiu a presidência da FPM e também a sub-relatoria do **GT para o Novo Código de Mineração**.

A mesa de lançamento da FPM foi composta por Izar e pelos deputados Fábio Trad, Carlos Henrique Gaguim, Nereu Crispim, Evandro Roman, Da Vitória, Herculano Passos, pelo presidente do IDM Brasil, Wagner Pinheiro, pelo secretário do MME Alexandre Vidigal de Oliveira e pelo diretor geral da ANM Victor Hugo Fronner Bicca. Entre os senadores, constam Chico Rodrigues (RR), Dario Berger (MDB-SC), Esperidião Amin (PP-SC), Jorginho Mello (PL-SC) – três de Santa Catarina – e Paulo Rocha (PT-PA). Entre os mais de 200 signatários da Frente Parlamentar, constam figuras de vários partidos e perfis, de Kim Kataguiri (ex-relator do PL do Licenciamento Ambiental) e Neri Geller (ruralista e também relator) a Flávia Arruda e 23 deputados do PT.

A FPM é representada pelo Instituto do Desenvolvimento da Mineração (IDM), fundado em 2017. O **IDM afirma** que "através de um Acordo de Cooperação Técnica é o Instituto Oficial de apoio Técni-

co Normativo e Científico da Frente Parlamentar Mista da Mineração do Congresso Nacional Brasileiro e um dos principais interlocutores entre mineradores e Parlamentares do Brasil". Wagner Pinheiro, presidente do IDM, natural de Santa Fé, no Paraná, foi ex-chefe de gabinete parlamentar por 20 anos em Brasília e diretor de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração do antigo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineração), atual Agência Nacional de Mineração, de 2015 a 2018. Outro líder do IDM Brasil é Elton Rohnelt, político (ex-assessor de Michel Temer), empresário e **envolvido com exploração de minérios na Amazônia**. Foi deputado federal e vice-líder do governo FHC e relator do PL 1610/1996, que trata sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas.

A mineração feita por pequenos e médios empreendedores foi pauta central da FPM. A campanha pelos mineradores de menor porte encontrou eco no discurso do diretor da ANM, Ronaldo da Silva Lima, ex-secretário de Meio Ambiente do Pará. A insatisfação com o formato dos leilões da ANM também constava do rol de reclamações da FPM e do IDM. Ricardo Izar chegou a apresentar **um Projeto de Decreto Legislativo** para anular resolução da ANM neste sentido. Além das pautas nacionais, cada deputado líder da FPM atuou defendendo interesses dos respectivos estados na mineração, em especial Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Pará e Rio Grande do Sul.

NO FIO DA DINAMITE:

Ao longo do governo Bolsonaro, a Frente Parlamentar Mista da Mineração se articulou para defender a aceleração de processos na ANM, abertura de novas áreas para leilões e prioridade para pequenos e médios mineradores, além da desburocratização geral.



Crédito: Christian Braga/Greenpeace

2019

JULHO

CPI DE BRUMADINHO É CONCLUÍDA NO SENADO — E NADA ACONTECE

A **Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado** que investigou o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho recomendou o indiciamento por homicídio culposo de Fabio Schwartsman, ex-CEO afastado da empresa, Gerd Peter Poppinga, ex-diretor de Ferrosos e Carvão, Luciano Sani, diretor-executivo de Finanças e **outros nove funcionários**. A CPI **também recomendou o indiciamento da própria Vale e da certificadora TÜV SÜD** por destruição do ambiente, poluição culposa e “responsabilidade penal da pessoa jurídica”.

O relatório sugeriu a apresentação de projetos de lei para conferir mais segurança às barragens de rejeitos de mineração. Um deles proíbe o licen-

ciamento ambiental de novos equipamentos e estabelece prazo de dez anos para a desativação dos já existentes ou em construção. Prevê ainda a criação da Taxa de Fiscalização de Segurança de Barragens de Rejeitos (TFSBR), a ser paga pelo empreendedor à Agência Nacional de Mineração (ANM). O valor depende do volume de rejeitos e pode variar de R\$ 5 mil a R\$ 120 mil. Outra proposição endurece as penas e tipifica novos crimes ambientais, elevando a pena máxima de quatro para oito anos de reclusão se o crime provocar “desastre ecológico de grande proporção ou que produza estado de calamidade pública”. Se provocar morte humana, a punição pode ser dobrada. O texto considera crime “dar causa a rompimento de barragem”.



NO FIO DA DINAMITE:

Apesar das recomendações da CPI de Brumadinho no Senado, nenhum dos indiciados — pessoas físicas e jurídicas — foi efetivamente punido. Projetos de lei não avançaram. A Vale fechou acordo com o governo de Minas Gerais em fevereiro de 2021 se comprometendo a pagar R\$ 37 bilhões para a reparação dos atingidos. Trabalhadores terceirizados, porém, ainda lutam na justiça por uma indenização justa. Em abril de 2022, a Vale foi processada nos EUA por mentir sobre a segurança de suas barragens antes de Brumadinho.



Crédito: Daniel Beltrá / Greenpeace

2019

AGOSTO

ANM E MME DÃO RESPOSTA DÚBIA SOBRE BARRAGENS; GOVERNO AGILIZA LAVRAS GARIMPEIRAS

Uma das respostas que o governo Bolsonaro tentou dar para Brumadinho foi a **Resolução nº13 da ANM**, que estabeleceu "medidas regulatórias objetivando assegurar a estabilidade de barragens de mineração, notadamente aquelas construídas ou alteradas pelo método denominado "a montante". O método, mais barato e inseguro, foi usado nas barragens da Vale que romperam em Brumadinho e em Mariana – e na maioria das barragens consideradas de risco em Minas Gerais.

Também foi instalado o "**Comitê Técnico de Segurança de Barragens de Rejeitos de Mineração – CTBMin**", em caráter permanente, para "supervisionar as ações relativas a estabilidade e segurança de barragens de rejeitos de mineração, em consonância com a Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB Instituída pela Lei nº 12.334/2010 e de outras regulamentações normativas afins". **Outra resolução da ANM**, porém, concedeu maior prazo para descomissionamen-

to das barragens construídas "a montante ou por método desconhecido" e remoção de instalações na zona de impacto direto. Até hoje, poucas barragens a montante foram devidamente desativadas; as mineradoras têm até 2027 para desativar as maiores barragens.

No mesmo mês, o MME e a ANM publicaram Portaria que criou **grupo de trabalho formado por membros do governo para apresentar alternativas regulatórias** para agilizar a tramitação e as decisões sobre autorizações de pesquisa e concessões de lavra para mineradoras. "As alternativas propostas deverão considerar os processos já em curso, de modo a se alcançar substancial redução do passivo processual em tramitação na ANM", disse o texto. Na mesma toada, **outra portaria criou GT** "para estudar a possibilidade de simplificação do regime de outorga de lavra garimpeira".



Crédito: Chico Batata/Greenpeace

2019

NOVEMBRO

PROGRAMA DE PARCERIAS DA PRESIDÊNCIA E FORÇA TAREFA NO PARÁ TENTAM FACILITAR GARIMPO E MINERAÇÃO

O MME publicou **os primeiros projetos que fariam parte do “Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República”**. Para os selecionados, o programa oferece “apoio ao licenciamento ambiental e de outras medidas necessárias à sua viabilização”. Várias hidrelétricas foram contempladas, como a de Bem Querer, em Rondônia, e um projeto mineral, de caulim, no Pará, de titularidade da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM).

Já sob pretexto de “envidar esforços no sentido de estudar e buscar solução breve, para tratar do grave problema da ilegalidade dos garimpos no Brasil, mais precisamente no Sudoeste do Pará, identificado como Província Mineral do Tapajós”, a ANM, via portaria, **instituiu uma Força Tarefa** para formalizar garimpos de ouro na região que engloba as cidades de Aveiro, Altamira, Rurópolis, Trairão, Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso.

MINERAÇÃO EM FLORESTAS NACIONAIS

Uma **nota técnica** do Ministério de Minas e Energia defendeu rever as regras para liberar a mineração dentro de Florestas Nacionais, citou os interesses econômicos da mineradora canadense Eldorado Gold na Amazônia e considerou exemplar a exploração de minério de ferro feita pela Vale em Carajás, no Pará. A nota do MME, de novembro de 2019, recomenda que o entendimento expresso pela Advocacia Geral da União (AGU) em um parecer de 2014 seja revisto e alterado, afetando potencialmente 17 milhões de hectares de florestas e milhares de requerimentos minerais; a nota ainda emite recomendações a favor de grandes mineradoras e de garimpeiros em regiões críticas da Amazônia.

O parecer da AGU não permite a mineração dentro de Florestas Nacionais (Flonas), que são Unidades de Conservação de “Uso Sustentável” de acordo com a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) de

2000. Segundo o MME, o Plano de Manejo de cada UC deveria estabelecer as regras para a exploração mineral ou o impedimento da atividade dentro de cada unidade protegida. O parecer da AGU, no entanto, adicionou as Florestas Nacionais ao rol de UCs com restrição de atividade minerária, com exceção das que foram criadas antes da lei de 2000 que já tivessem a autorização expressa no ato de criação.

Segundo dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), atualmente existem 67 Flonas que ocupam 17 milhões de hectares em área do território brasileiro. Dessas, 46 possuem Plano de Manejo, 38 foram criadas antes da Lei do SNUC e apenas 6 autorizam a mineração por meio de seu ato de criação. Das 32 Flonas que não expressam a possibilidade de mineração em seu ato de criação, 81% (26) inibem a atividade no Plano de Manejo.

2019

DEZEMBRO

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO PRIORIZA DESREGULAMENTAÇÃO

A **Resolução nº 20, de 3 de dezembro de 2019 da ANM** estabeleceu a Agenda Regulatória para o biênio 2020/2021 e, entre os destaques, "simplificação e sistematização da outorga de títulos minerários"; "Licenciamento e Registro de Extração: revisão da regulamentação" e "Permissão de Lavra Garimpeira: revisão da regulamentação". Tal agenda foi implementada com afincos pela ANM nos anos seguintes.

 **NO FIO DA DINAMITE:**

Estimativas do próprio MME, em 2019, apontam que o faturamento dos garimpos ilegais no Brasil varia de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões por ano.

2020



Crédito: Tiago Miotto/Cimi

FEVEREIRO

191: PROJETO DE LEI BUSCA LIBERAR MINERAÇÃO E AGRONEGÓCIO EM TERRAS INDÍGENAS

Em 6 de fevereiro de 2020, cumprindo **promessas de campanha** e na linha do que foi articulado ao longo do primeiro ano de governo, Bolsonaro enviou o PL 191 ao Congresso Nacional. Além de liberar a mineração e o garimpo em terras indígenas, retirando o poder de veto dos povos originários, a proposta do governo Bolsonaro extrapolou o que desejava o projeto base de 1996 - de autoria de Romero Jucá, considerado responsável pelo genocídio dos Yanomami nos anos 1980, **de acordo com a Comissão da Verdade**. O **PL 191/2020** autoriza ainda **plantio de sementes transgênicas**, construção de hidrelétricas, pecuária, projetos de petróleo e gás e também turismo.

A missão de elaborar o projeto foi entregue aos ministros Bento Albuquerque (Minas e Energia) e Sérgio Moro (Justiça) - que assinam o PL - com a participação de Tereza Cristina (Agricultura) e Ricardo Salles (Meio Ambiente). Na época, o então ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, disse que

"será possível minerar, gerar energia, transmitir energia, exploração de petróleo e gás e cultivo das terras indígenas". "Ou seja, será a Lei Áurea", **comemorou**.

Ignorando a Constituição, o projeto indica que os povos indígenas poderão ter sua vontade desrespeitada, como fica claro no artigo 14 do texto: "O pedido de autorização poderá ser encaminhado com manifestação contrária das comunidades indígenas afetadas, desde que motivado". No caso de terras indígenas com a presença de povos isolados - já ameaçadas por **mais de 4 mil requerimentos minerários** - "a Funai estabelecerá os limites necessários à proteção destas comunidades". Em caso de presença mista, quando indígenas isolados convivem com as demais comunidades como na TI Yanomami, o artigo causaria um conflito inédito em função do objetivo velado do projeto de lei de cercar indígenas isolados e impor a exploração de seus territórios.

Outras premissas que violam totalmente os direitos territoriais e humanos das comunidades afetadas presentes no projeto:

- Caso a interlocução com as comunidades indígenas afetadas seja frustrada ou não seja obtida a concordância quanto ao ingresso na terra indígena, poderão ser utilizados dados e elementos disponíveis para a elaboração do estudo técnico prévio.
- O estudo técnico prévio poderá ser realizado ainda que haja processo de demarcação de terras indígenas em curso.
- Artigo 18: Os indígenas receberão 0,7% do valor da energia, 0,5% a 1% do valor do petróleo e gás natural e 50% da compensação financeira em exploração de recursos minerais.
- Nas áreas em que a ocorrência de minerais garimpáveis for notória, as zonas de garimpagem poderão ser definidas pela ANM independentemente de estudo técnico prévio.
- As atividades de que trata esta Lei serão consideradas autorizadas na hipótese de o Congresso Nacional não se manifestar sobre o pedido de autorização no prazo previsto de quatro anos.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) **lançou nota de repúdio** ao PL 191/2020. "O anúncio, encoberto de falsas intenções e retóricas que induzem à cooptação e divisão dos povos e esquiva-se do real sentido da autonomia para autorizar a invasão dos territórios indígenas", afirma.



NO FIO DA DINAMITE:

Apelidado de projeto de lei "da morte", "do genocídio" e "do extermínio" pelas principais lideranças indígenas do país, o PL 191/2020 chegou a ter a urgência aprovada pela Comissão de Constituição de Justiça da Câmara dos Deputados, mas ficou parado após pressão do movimento indígena e recuo do próprio mercado, como a Vale e o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). As articulações do deputado Arthur Lira e do governo Bolsonaro no Congresso não foram suficientes para colocar o PL em votação plenária; o risco de a proposta ser retomada permanece em 2023.



PUXANDO A CAPIVARA

O TAPETE VERMELHO DO GOVERNO BOLSONARO PARA O LOBBY DO GARIMPO ILEGAL

Análise feita sobre a agenda de trabalho da cúpula do executivo federal no trimestre anterior ao envio do PL 191/2020 ao Congresso mostra que o ministro Bento Albuquerque e o alto escalão do MME se reuniram com associações de garimpeiros, deputados e vereadores que pressionam pelo garimpo e mineração na Amazônia. [Os detalhes](#)

[sobre as reuniões foram obtidos via Lei de Acesso à Informação pelo Observatório da Mineração.](#) Tais encontros não foram descritos – como deveriam – na agenda pública divulgada, confirmando o princípio de não transparência que o governo Bolsonaro adotou desde que assumiu o poder.

Entre os lobistas que acessaram diretamente o ministro Albuquerque, constam representantes da Associação Brasileira dos Metais Preciosos (Abramp), da Associação Nacional do Ouro (Anoro), da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (Asbram) e também o ex-senador Flexa Ribeiro (PA), o senador Wellington Fagundes (PL/MT), o deputado federal Joaquim Passarinho (PSD/PA) e o vereador Wescley Tomaz (PSC), de Itaituba (PA) — uma das regiões com maior concentração de garimpos ilegais no país.

Em 16 de dezembro de 2019, Bento Albuquerque recebeu uma comitiva da Abramp, o deputado Passarinho e o vereador Wescley, prometendo considerar as “contribuições” de todos para as “políticas do governo” sobre o garimpo. O lobby já vinha funcionando: a ANM publicou a Portaria nº 871, de 12 de outubro de 2019, concedendo maior autonomia ao escritório de Itaituba para as legalizações de áreas garimpeiras.

O deputado federal Joaquim Passarinho (PSD/PA) trabalha incansavelmente para defender os interesses de garimpeiros. Passarinho propôs [um projeto de lei que autoriza empresas a comprar ouro diretamente de áreas de garimpo](#) e lidera discussões em comissões da Câmara para legalizar [garimpos](#).

Conhecido porta-voz de garimpeiros, a presença de um vereador como Wescley Tomaz em reunião com o ministro de Minas e Energia chama a atenção. Figura constante em Brasília nos anos Bolsonaro, Wescley celebrou a promessa de liberação de 1.189 processos para lavra garimpeira (os PLGs) que estavam “há bastante tempo aguardando deferimento” na Agência Nacional de Mineração. “Hoje, o próprio Ministério de Minas e Energia é a favor do garimpo, é contra essa morosidade; hoje, a Agência Nacional de Mineração está adotando um novo ritmo e esse ritmo exige que eles não fiquem sentados em cima de processos”, afirmou Wescley, em [entrevista](#). Em [vídeo](#) e post publicado em suas redes sociais, o vereador diz que a reunião com o ministro também teve o objetivo de [levar energia para a região transgarimpeira](#), processo que já estaria “bem adiantado”. Ainda em dezembro de 2019, Tasso Mendonça Júnior, diretor da ANM, visitou a região de Itaituba para conhecer os garimpos. “É uma visita inédita, nunca na história de Itaituba um diretor da Agência Nacional de Mineração, que cuida da parte de legalizar garimpos, esteve visitando uma comunidade garimpeira na nossa região”, [celebrou Wescley](#).

Atualmente, a ANM conta com apenas 10 fiscais para atender todo o estado do Pará e do Amapá. Só em Itaituba, às margens do rio Tapajós, mais de 18 mil pedidos de permissão de lavra garimpeira aguardam análise da agência.

Uma das últimas reuniões do ministro Bento Albuquerque antes de entregar o PL 191/2020, [em 4 de fevereiro](#), foi com o senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso, que foi deputado federal por 24 anos antes de se eleger senador em 2014. Na campanha, [recebeu R\\$ 150 mil da mineradora Cavalca Construções e Minerações](#). Além disso, também embolsou mais de R\$ 300 mil da Gerdau. Fagundes, [que declarou quase R\\$ 9 milhões em bens](#) em 2014, com destaque para a sua atividade como pecuarista, não está sozinho: [6 dos 14 senadores da CPI de Brumadinho receberam dinheiro de mineradoras](#) em campanhas eleitorais passadas. Fagundes também [é réu por corrupção e lavagem de dinheiro](#), acusado de

superfaturamento de ambulâncias quando deputado federal entre 2001 e 2005.

Nesta reunião solicitada por Fagundes com o chefe do MME, participou também uma comitiva da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (Asbram), grupo ligado diretamente a mineradoras como a Mosaic Fertilizantes, um [“sócio-correspondente”](#) que é uma das maiores produtoras de fosfato do mundo. [A Mosaic chegou a ter 12 barragens de alto risco no Brasil](#), com 2 empreendimentos entre os 10 mais perigosos do país. [A Mosaic já atuou para expulsar famílias de suas casas em Goiás](#) a fim de armar mais rejeitos.

Cerca de uma semana após a apresentação do PL 191, no dia 14 de fevereiro de 2020, a [Abramp](#) esteve ao lado de Bolsonaro, do ministro Onyx Lorenzoni e do governador do Pará, Helder Barbalho (MDB) na inauguração de trecho da rodovia BR 163 (PA). A proximidade com o governo já se mostrara eficiente: [a ANM alterou os prazos para resposta](#) aos requerimentos de liberação de atividades econômicas e anunciou que [priorizaria cooperativas para a legalização de garimpeiros](#).

No dia em que o PL 191/2020 foi encaminhado ao Congresso, a secretária-executiva do MME, Marisete Pereira, recebeu uma comitiva liderada pelo ex-senador Flexa Ribeiro (PA), Dirceu Santos Frederico Sobrinho e Mário Aparecido Rodrigues de Souza, todos representando a Associação Nacional do Ouro (Anoro). Victor Bicca, presidente da ANM, também estava presente. [Flexa Ribeiro \(PSDB\)](#), cujo mandato terminou em 2019, é velho aliado dos garimpeiros. [No plenário do Senado, em novembro de 2018](#), criticou duramente as ações de fiscalização do Ibama na região do Tapajós. Na ocasião, foram queimadas 12 escavadeiras hidráulicas. No fim de julho daquele ano, Flexa Ribeiro [esteve em Itaituba na maior festa da região](#), uma reunião de 15 mil garimpeiros. Relator de uma MP (790/2017) que alterava o Código de Mineração, Flexa cobrava a representação do seu estado na diretoria da Agência Nacional de Mineração. Pouco antes do fim do mandato, [Flexa indicou Eduardo Araújo de Souza Leão para a di-](#)

[retoria da ANM](#). Eduardo Leão trabalhou de 2007 a 2015 na Vale e chegou a ocupar o cargo de gerente do Meio Ambiente do Projeto Carajás, maior empreendimento de extração de minério de ferro do mundo, localizado no Pará.

Já o fundador da Anoro, Dirceu Frederico Sobrinho, foi denunciado pelo MPF por comercializar toneladas de ouro ilegal. [Chegou a ser preso em setembro de 2022](#). Diversas reportagens mostraram a proximidade de Sobrinho com o governo Bolsonaro e como suas empresas, como a FD Gold, dominam o [mercado](#). Dirceu também tem papel no financiamento de políticos na região do [Tapajós](#) e opera uma vasta rede que vai do garimpo até o refino e [a exportação de ouro](#). A Anoro foi uma das entidades mais ouvidas pelo governo nos últimos quatro anos.

Estas instituições e atores permaneceram como atores de longa e pesada influência nos rumos da política mineral no governo Bolsonaro e no Congresso até o fim da legislatura passada – e continuam na área. O ex-vereador Wesley Tomaz foi eleito deputado estadual pelo Pará. Wellington Fagundes foi reeleito senador por Mato Grosso. Joaquim Passarinho, reeleito deputado federal pelo Pará, liderou o texto final da reforma do [Novo Código de Mineração](#), em dezembro de 2022, atendendo a diversas entidades garimpeiras, fragilizando a fiscalização e ampliando investimentos para o setor.

Nada menos que metade do ouro exportado pelo Brasil tem origem suspeita, segundo estudo do Instituto Escolhas.





2020

MARÇO

ENTREGANDO O OURO: NOVA RODADA DE NEGÓCIOS NO CANADÁ

“Apresentaremos ao mundo tudo o que já foi feito para abrir caminho para uma nova era para as atividades de mineração no Brasil”. Esta foi a promessa feita pelo secretário de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia (MME), Alexandre Vidigal, na abertura do “Brazilian Mining Day” durante a **88ª Convenção do PDAC**, o maior evento de mineração do mundo, realizado no início de março de 2020 no Canadá. Enviado pelo ministro Bento Albuquerque, que acertou a delegação brasileira em reunião em janeiro com a embaixadora canadense Jennifer May, **Vidigal liderou a comitiva** que foi ao evento **abrir definitivamente as fronteiras do Brasil para empresas de mineração de todo o planeta**.

Representantes do governo Bolsonaro e lobistas do setor ofereceram uma série de garantias aos investidores. Vidigal expressou o “profundo compromisso” do governo federal em “promover avanços regulatórios, legais e ambientais que levarão a um cenário de investimentos mais atraente no setor”. O Brasil é um dos **únicos três países que patrocinam a conferência** internacional de mineração, considerada uma “grande roda de negócios” do setor.

Na pauta do encontro de Vidigal com o diretor-geral do Centro de Pesquisa para Mineração do Governo do Canadá, Magdi Habib, “as prioridades de cada país para o setor mineral, com ênfase em mineração em terras indígenas”. Cerca de 95% da mineração no Canadá é realizada dentro de terras indígenas. E o governo brasileiro está empenhado em trazer essa “expertise” para cá. “O Canadá é referência de experiência bem-sucedida”, celebrou Vidigal, mostrando o empenho do governo

brasileiro em importar o modelo canadense.

Ele também se reuniu com o presidente da Associação de Mineração do Canadá, Pierre Gratton. Empresas como **a canadense Belo Sun, que trabalha para abrir a maior mina de exploração de ouro a céu aberto no Pará**, em conflito direto com povos indígenas, têm interesse real no cenário. Outra canadense, a Kinross, já explora a maior mina de ouro atual do Brasil, em Paracatu (MG), e **não consegue garantir a estabilidade de uma barragem de rejeitos 60 vezes maior que a de Brumadinho**.

“**The dawn of new exploration opportunities**” anuncia o documento oficial da programação do Brazilian Mining Day no PDAC 2020. As atividades tiveram **a participação direta de empresas mineradoras** contando seus “cases de sucesso”: Nexa, Bemisa, Meteoric Resources, Centaurus Metals, Bahia Mineração, Big River Gold, Serabi Gold, Equinox Gold, Ero Copper, Appian Capital, Sigma Lithium e Samarco se juntaram a representantes do MME, Apex, BNDES, Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimb), ANM, Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI) e outros.

Na pauta, “cenários estratégicos” que incluem “novo financiamento para o setor” oferecido pelo BNDES, condições especiais oferecidas pelo governo a empresas privadas, os resultados de investimentos de empresas de diversos portes e porquê escolher o Brasil, projetos em estado avançado e descobertas de reservas recentes, novas fronteiras de exploração e oportunidades futuras.

“O Brasil se destaca como um país com ainda muito a ser explorado, uma verdadeira arca do tesouro esperando ser aberta”, afirma o documento. Os “depósitos de classe mundial” que a delegação brasileira colocou à disposição dos investidores estrangeiros incluem “grandes províncias minerais de diversidade geológica inigualável”, como foram anunciadas, como minério de ferro, cobre, ouro, manganês, níquel, estanho, molibdênio, vanádio, zinco, cromo, potássio, bauxita, terras raras e outros.

O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) reúne empresas responsáveis por mais de 85% da produção mineral brasileira. Wilson Brumer, presidente do conselho do Ibram, foi uma das lideranças da delegação brasileira que participou do evento em Toronto. **O executivo não conteve a sua empolgação com os acordos fechados:** “O conjunto de informações sólidas que a delegação do Brasil apresentou aos participantes do PDAC

irá motivar uma marcante expansão nos negócios do setor nas próximas décadas”, afirmou Brumer, para quem as vozes do governo federal, da Agência Nacional de Mineração, dos executivos de mineradoras com atuação global e das entidades de mineração estiveram “unificadas”. Entre os acordos fechados, **o Ibram assinou um Memorando de Entendimento com as bolsas de valores Toronto Stock Exchange (TSX) e a TSX Venture Exchange (TSXV).**

Algumas das iniciativas incluem mais empresas brasileiras listadas nas bolsas de valores canadenses, a identificação de “projetos atraentes” e uma agenda conjunta que inclui conferências para atrair investidores. Na avaliação de Brumer, a Agência Nacional de Mineração está “promovendo mudanças muito positivas para agilizar os processos técnicos que envolvem todas as fases da mineração industrial”.



NO FIO DA DINAMITE:

Para acelerar os processos de mineração, em fevereiro de 2020, a ANM instituiu período máximo de 120 dias para liberar ou vetar os requisitos de pesquisa mineral; na ausência de resposta dentro desse prazo, os pedidos são aprovados. **Até então, não havia prazo para análise.** Com a medida, os processos que poderiam durar anos passaram a ser resolvidos em apenas quatro meses. A ANM tinha o objetivo **expresso de implantar mais de 20.000 novas áreas** para exploração por meio de ofertas públicas e leilões eletrônicos. De fato, várias rodadas de ofertas foram realizadas.

A proximidade e as articulações entre ANM, MME, Ibram e executivos de mineradoras foram a tônica do governo Bolsonaro. Todos os pontos abordados no PDAC 2020 avançaram, aprofundando a abertura de novas áreas para a mineração, os incentivos governamentais para a atração de investidores para o setor mineral, com apoio, programas e mudanças diretas feitas pelo executivo federal.



2020

MARÇO

GOVERNO DEFINE MINERAÇÃO COMO ATIVIDADE ESSENCIAL EM MEIO À PANDEMIA DE COVID-19

Para quem negou sistematicamente a gravidade da pandemia, o governo Bolsonaro também não teve problema algum em, após pressão de mineradoras, publicar uma **portaria** na noite de sábado, 28 de março, para considerar a mineração atividade essencial. A resposta do governo veio após matérias exclusivas que denunciaram **que a Vale mantinha trabalhadores aglomerados no**

Pará e em Minas Gerais e que a **CSN Mineração fazia o mesmo** – trata-se das duas maiores produtoras de minério de ferro do país. Depois da publicação das reportagens, a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale protocolou uma denúncia no Ministério Público do Trabalho, que **abriu um inquérito civil para investigar o caso.**

A portaria assinada pelo ministro Bento Albuquerque foi, na prática, um aval oficial para as mineradoras manterem centenas de milhares de trabalhadores aglomerados e expostos ao risco da Covid-19, continuar lucrando e seguir com as pesquisas em todo o país, incluindo as incidentes em terras indígenas na Amazônia.

O MME confirmou que foi procurado pelo Ibram e por mineradoras para inserir a mineração como atividade essencial no meio de uma pandemia e assinar a portaria no sábado à noite. O Ibram confirmou que "mantém contato constante com o MME" e que "os minérios são matérias-primas para quase todas as indústrias e para o agronegócio. Sem o suprimento de minérios, muitos setores podem correr o risco de desabastecimento, talvez chegando até ao consumidor brasileiro".

O MME ecoou o discurso do Ibram e citou a Constituição (artigo 176), a Lei 3.365 de 1941 e o Código de Mineração de 2018 para afirmar que a mineração é imprescindível ao país e que, em resumo, "a produção de alimentos, remédios, embalagens, peças e equipamentos se faz impossível sem os bens minerais". Ainda segundo o MME, a Portaria nº 135/20 tinha o objetivo de assegurar o abastecimento de insumos indispensáveis à sobrevivência, à saúde e à segurança da população enquanto perdurar a pandemia da Covid-19. Vale

lembrar, porém, que, no Brasil, a maior parte dos minérios é exportada: cerca de 80% do ouro, 80% do cobre, 75% do manganês e 70% do minério de ferro vão para fora.

O MME disse que "as operações em atividades de mineração se desenvolvem, de regra, sem aglomeração dos empregados. É um setor bastante automatizado, inclusive quanto aos veículos operados. De regra se realiza a céu aberto, em áreas bastante amplas". Como previsto, centenas de trabalhadores foram contaminados pela Covid-19 em cidades mineradoras pelo Brasil e vários morreram. O setor mineral bateu recorde de lucro durante a pandemia, com R\$ 339 bilhões no fim de 2021. Em maio de 2021, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) aceitou uma **denúncia** de entidades sindicais sobre as aglomerações de trabalhadores e as violações de direitos durante a pandemia nas operações de mineradoras brasileiras.



2020

MAIO

ANM E OCDE DEFENDEM 'GUILHOTINA REGULATÓRIA' PARA SETOR MINERAL

Em uma conferência realizada em maio com representantes do Ministério de Minas e Energia (MME) e dos governos dos estados do Pará e de Goiás, Tomás Albuquerque, diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM), defendeu uma **"guilhotina regulatória"** para o setor mineral em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo Albuquerque, "tudo aquilo que a gente for suprimir, for revogar da legislação, a gente vai poder fazer, com o instrumento que a gente chama de guilhotina regulatória. Simplesmente cortar, desobstruir e tocar para a frente", declarou Albuquerque no encontro promovido pela **FFA, consultoria privada** que trabalha com mineradoras.

Albuquerque fazia referência ao então recém anunciado acordo entre a ANM e a OCDE, firmado em março de 2020, que passou a assessorar a Agência na "revisão do estoque e redução do fardo regulatório, diagnosticando as normas, ava-

liando o que precisa ser mantido e ajudando na identificação dos atos normativos que serão revogados ou reescritos". Obtido via Lei de Acesso à Informação, o acordo previa o pagamento de 385 mil euros pela ANM, ou mais de R\$ 2 milhões na cotação atual, mais despesas extras. O objetivo era "produzir um relatório para identificar barreiras regulatórias, obstáculos, falhas de implementação ou ineficiências que afetam a dinâmica do setor de mineração no Brasil" e catalisar "um diálogo nacional para facilitar a execução das reformas".

A consultoria da OCDE formatou a tal "guilhotina regulatória" defendida por Tomás Albuquerque, que também se consolidou no "Plano Lavra". Anunciado pela ANM em maio, o **Plano Lavra** teve por objetivo "desburocratizar diversos trâmites" entre a agência e as mineradoras, para "melhorar o ambiente de negócios e recuperar os danos sofridos pelo setor mineral por conta da pandemia mundial".

NO FIO DA DINAMITE:

A OCDE entregou o relatório final da consultoria para a ANM em fevereiro de 2022 defendendo a simplificação do licenciamento e concessão automática para o setor mineral, entre outros pontos. As recomendações da OCDE passaram a ser implantadas pela ANM.

ANM E AGU QUESTIONAM RECOMENDAÇÕES DO MPF SOBRE GARIMPO NO TAPAJÓS

A Reserva Garimpeira do Tapajós, criada em 1983 em Itaituba, está no centro de uma disputa que envolve **um pedido do Ministério Público Federal (MPF)** para que todos os requerimentos de lavra garimpeira que incidem sobre terras indígenas e áreas de conservação sejam negados pela Agência Nacional de Mineração e os limites da reserva, revistos. Estima-se que mais de **60 mil garimpeiros operem na região**, que tem 1.000 pistas de pouso para aviões. Ali, pelo menos 30% dos garimpos estão dentro de terras indígenas e áreas protegidas. A concentração irrestrita de permissões de lavra garimpeira nas mãos de poucas pessoas – o líder do ranking no Pará chega a acumular quase 300 permissões – vai contra as leis brasileiras e é uma forma que grandes empresários encontraram para burlar o licenciamento ambiental e a necessidade de passar por todo o rito que a legislação exige.

Em resposta ao MPF, a Agência Nacional de Mineração encaminhou um ofício em maio a partir de parecer da Advocacia Geral da União (AGU), obtido pelo **Observatório da Mineração** via Lei de Acesso à Informação. A análise da AGU questiona boa parte das recomendações do MPF e afirma, por exemplo, que não há limite para que uma mesma pessoa concentre centenas de permissões de lavra garimpeira. O estudo sobre uma possível revisão dos limites da Reserva Garimpeira do Tapajós, no entanto, foi recomendado. O MPF entende que não se justifica mais a proteção conferida pela Portaria nº 882 do MME ao estabelecer a Reserva Garimpeira do Tapajós; além disso, as unidades de conservação criadas posteriormente têm o efeito de revogar parcialmente essa portaria. **Leia o parecer completo.**



NO FIO DA DINAMITE:

O MPF calcula que **cada quilo de ouro extraído ilegalmente na Amazônia cause R\$ 1,7 milhão em danos**. O prazo mínimo para recuperação parcial da área degradada pelo garimpo é estimado em 13 anos. Outros cálculos chegam a R\$ 3 milhões em dano por cada quilo de ouro e até 42 anos de prazo para recuperação ambiental.



Crédito: Edilson Rodrigues/Agência Senado

2020

AGOSTO

PROJETOS DE LEI CRIADOS APÓS BRUMADINHO TRAVAM NO CONGRESSO

O que sobra depois que passa a comoção? A depender do status dos projetos criados na Câmara e no Senado depois do rompimento da barragem de Brumadinho, quase **nada**. Em agosto de 2020, pelo menos quatro projetos de lei – **PL 2787**, **PL 2788**, **PL 2790** e **PL 2791** – estavam parados no Senado desde junho de 2019, quando foram apresentados após o crime socioambiental cometido pela Vale em Brumadinho, que vitimou 270 pessoas. Os quatro projetos tratam de questões como a segurança de barragens, prevenção a desastres, a criação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens e a tipificação do crime de ecocídio.

Outros dois projetos – **PL 643/2019** e **PL 550/2019** – também tramitaram em 2020. O **PL 643/2019** torna imprescritíveis os crimes ambientais decorrentes da atividade de lavra mineral.

Já o PL 550/2019, que aumentava as exigências para as mineradoras quanto à segurança de barragens, sofreu grandes alterações na Câmara. O texto original proibia o modelo de barragem a montante – método utilizado em Mariana e Brumadinho – e elevava para até R\$ 1 bilhão o valor da multa aplicável em caso de acidente, tornando obrigatória a elaboração de Plano de Ação Emergencial, que já deveria ter sido implantado nacionalmente há décadas. O Cadastro Nacional e o Sistema Integrado de Gestão de Barragens só foram **criados por portaria de 2017**.

O PL 550/2019 foi apresentado pela senadora Leila Barros (PSB -DF) como resposta a Brumadinho e foi **aprovado na Câmara em maio de 2020 com alterações** feitas pelos deputados da Comissão Especial, aceitas pelo relator Joaquim Passarinho (PSD-PA). Em sua primeira eleição ao Congresso em 2014, segundo o TSE, Joaquim Passarinho recebeu R\$ 100 mil da Vale Manganeés, subsidiária da Vale, a maior doadora individual da campanha do deputado. Entre **os pontos alterados pelos deputados** em relação ao texto original do Senado, está a retirada do trecho que classificava como crime hediondo a poluição ambiental seguida de morte, contribuindo para a impunidade após dois dos maiores desastres ambientais do país que mataram quase 300 pessoas.

A exigência de seguro por parte das mineradoras foi retirada do texto do PL pelo relator Passarinho, que determinou que as multas arrecadadas devem ser aplicadas na melhoria dos órgãos fiscalizadores. O problema é que **menos de 5% das multas por crimes ambientais no Brasil são pagas** e as autuações **atingiram o menor nível em 34 anos sob o governo Bolsonaro**. Até a época do rompimento em Brumadinho, por exemplo, a Samarco, da Vale e BHP, havia pago **menos de 7% de suas multas ambientais** – além dos acordos que suspenderam ações de R\$ 20 bilhões e R\$ 155 bilhões. A Vale **somava R\$ 390 milhões em multas não pagas**.

A Câmara também retirou do texto original do PL 550/2019 a determinação de que as empresas responsáveis por rompimentos de barragens continuem a pagar aos municípios atingidos os royalties devidos, mesmo se houver interrupção das atividades. Além de arcar com todos os danos socioambientais, cidades que muitas vezes ficam reféns da mineração tampouco contarão com a arrecadação de tributos pagos pelas empresas.



NO FIO DA DINAMITE:

Em 2 de setembro de 2020, o Senado aprovou o projeto com todas as alterações feitas pelos deputados que beneficiam as mineradoras. Os senadores acolheram as mudanças que 1) retiram do projeto a classificação de poluição ambiental que provoca morte como crime hediondo; 2) pena de até 20 anos de reclusão para crimes ambientais que resultem em morte e 3) aumento no valor de multas de até R\$ 1 bilhão. O PL 550/2019 foi sancionado pelo então presidente Jair Bolsonaro em outubro de 2020.



Crédito: Eduardo Fernando Castanho/Arquivo pessoal

2020

OUTUBRO

PRECARIZAÇÃO DA ANM VIRA POLÍTICA DE GOVERNO PARA FACILITAR EXPLORAÇÃO MINERAL

Criada por Michel Temer **em 2018 a partir da estrutura do extinto Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)**, a Agência Nacional de Mineração herdou todos os problemas do órgão anterior, como a insuficiência de servidores em áreas estratégicas, e passou a sofrer um lobby ainda mais forte das mineradoras e associações de garimpeiros. Já no governo Bolsonaro, os próprios servidores da ANM denunciam um "desmonte estrutural" da Agência a partir de **nova estrutura organizacional** encomendada junto à Fundação Dom Cabral (FDC), de Belo Horizonte.

Segundo nota da **Associação de Servidores da ANM**, a reestruturação foi feita "sem qualquer documentação ou estudo técnico de fundamentação" e implicará no desmonte da área de arrecadação da ANM, responsável pela cobrança da Taxa Anual por Hectare (TAH), pela aplicação de multas, incluindo aquelas referentes às barragens de mineração e pela Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), a principal fonte de recursos para municípios mineiradores. De acordo com o levantamento dos servidores, a área de arrecadação representava 17% do efetivo na época do DNPM e passou a 10% na configuração atual. Essa redução, mais que uma denúncia legítima em defesa desses trabalhadores, impacta diretamente na fiscalização do imposto que as mineradoras pagam e em uma série

de procedimentos administrativos que, com equipe reduzida, abre brecha para manobras tributárias e fiscais na mineração.

O setor distribui os valores arrecadados com a CFEM para 1.378 municípios afetados em 25 estados, considerando 88 substâncias minerais. De acordo com os servidores, a proposta feita pela Fundação Dom Cabral elimina a Superintendência de Arrecadação e cria uma estrutura única de fiscalização, colocando no mesmo setor responsabilidades distintas como pesquisa e produção mineral, barragens, arrecadação da CFEM e demais receitas. Tal acúmulo de funções poderia reduzir a arrecadação da ANM, refletindo diretamente no montante direcionado a estados e municípios; a decadência e prescrição de R\$ bilhões em créditos de CFEM e demais receitas da ANM; ao descumprimento de acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) e recomendações da Controladoria Geral da União (CGU).

O sucateamento da ANM tem consequências graves. A Associação dos Municípios Mineiradores de Minas Gerais (Amig) **denunciou que a ANM, em Minas Gerais, tinha 4 fiscais para vistoriar cerca de 360 barragens**. Em todo o Brasil, são 841 barragens de mineração sob o crivo da ANM. O orçamento da ANM vem justamente da CFEM, com cerca de 7% do imposto pago. Os repasses, no entanto, não estavam sendo cumpridos.



NO FIO DA DINAMITE:

Relatório do TCU de junho de 2022 afirmou que a ANM é uma das instituições federais mais expostas à corrupção e fraude. A Agência Nacional de Mineração combina poucos aparatos de combate a irregularidades e elevado poder de regulação sobre um setor de peso na balança comercial do país. Segundo o TCU, tal combinação eleva **o risco de comprometimento da independência decisória da agência**. Por conta destes fatores, a ANM aparece em segundo lugar na lista de órgãos com alto risco de desenvolver corrupção e fraude, atrás apenas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

RETOMADA DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO

Enquanto vários países, como Alemanha, **Suíça** e **Itália**, caminham para abandonar a geração de energia nuclear, o Brasil foi no sentido oposto. As metas anunciadas pelo governo de Jair Bolsonaro são **ambiciosas**: investimentos superiores a R\$ 15 bilhões, conclusão das obras da usina nuclear de Angra 3 – que se arrastam há décadas, construção de mais oito usinas até 2050, retomada da mineração de urânio em Caetité (BA) e início das operações em Santa Quitéria (CE). Nas **palavras** do próprio Ministério de Minas e Energia (MME), essa “forte retomada” do Programa Nuclear Brasileiro conta com o “apoio irrestrito” do presidente. O MME não disse de onde viria o dinheiro.

Angra 3, que o governo Bolsonaro prometeu concluir até 2026, **tem longo histórico de corrupção** e já nasceu obsoleta, com reatores e equipamentos antiquados e menos seguros que a tecnologia disponível atualmente. A usina, **que acumula di-**

vidas de R\$ 9 bilhões, também consumirá quase todo o orçamento anunciado pelo MME para o setor nuclear. Enquanto isso, o Brasil **decidiu entender a vida útil da usina de Angra 1.**

Apesar de uma usina nuclear não emitir CO₂ diretamente, os custos da cadeia de produção, desde a extração do urânio até a geração de energia, produz rejeitos radioativos que precisarão de cuidados por milhares de anos e imensos impactos socioambientais. Cada gigawatt produzido por uma usina nuclear gera de 30 a 50 toneladas de rejeitos por ano, segundo o **World Nuclear Waste Report**. Em Poços de Caldas (MG), **uma barragem de rejeitos radioativos foi abandonada em 1995** e representa um risco concreto que o governo federal tenta administrar. Pioneira no país, a extração de urânio na cidade mineira abasteceu de 1982 a 1995 a usina de Angra 1.

EXTRAÇÃO DE URÂNIO ADOECE POPULAÇÃO BAIANA

Atualmente, a extração de urânio se concentra em Caetité, na Bahia, com recursos estimados em 99 mil toneladas. Após ser extraído e britado, o material recebe uma solução de ácido sulfúrico que extrai o urânio da rocha. Disso resulta o licor de urânio, que é purificado e tratado para se transformar em concentrado de urânio, também conhecido como yellowcake. Esse material perigoso é transportado em tambores por caminhões que percorrem quase 700 quilômetros até o porto de Salvador. De lá, segue para a Europa, onde será convertido em gás, processado e enriquecido, para então retornar ao Brasil e ser usado como combustível nas usinas de Angra dos Reis (RJ). De 2000 a 2015, a INB Caetité produziu 3,750 toneladas de concentrado de urânio a partir da extração a céu aberto da mina Cachoeira. O licenciamento para a lavra, também a céu aberto, de uma nova jazida, a mina do Engenho, **foi autorizada pelo Ibama no fim de 2019**, que promete **vitorias trimestrais no empreendimento.**

Os **problemas causados para a comunidade**, no entanto, não costumam ser considerados no processo. As comunidades quilombolas afetadas pela nova mina não foram ouvidas e não tiveram o seu direito de consulta livre e prévia respeitado. Com cerca de 50 mil habitantes, Caetité **tem alta incidência de doenças como câncer e leucemia. Um relatório do Greenpeace publicado em 2008** desencadeou longa discussão sobre a contaminação de rejeitos radioativos na água, no ar e no solo da região. Análises feitas pela ONG em laboratório independente no Reino Unido encontraram teor de urânio **muito acima do padrão aceitável**; os **dados** foram corroborados por outros estudos, como o **do Serviço Geológico do Brasil. A população da zona rural depende da água** para consumo próprio e para manter as plantações de subsistência.



Crédito: Christian Braga/Greenpeace

2020

DEZEMBRO

PROGRAMA MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (PMD) ORIENTADO PELA MÃO VISÍVEL DO MERCADO

Documentos obtidos pelo Observatório da Mineração via Lei de Acesso à Informação revelaram que o Programa Mineração e Desenvolvimento (PMD), lançado com pompa por Jair Bolsonaro e o ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque em setembro, foi praticamente ditado por associações representativas do setor mineral. Entre as séries de consultas feitas pelo governo com entidades do setor para definir as 110 metas finais do PMD, estavam a regulamentação da mineração em terras indígenas, sugestão da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM).

A meta sugerida pela ABPM especifica os objetivos que, no documento final do PMD, são apenas genéricos. No prazo de quatro anos, a expectativa é ter pelo menos oito terras indígenas disponíveis, afirma a entidade ao Ministério de Minas e Energia. Advogando em causa própria, a ABPM também solicita R\$ 200 milhões em incentivos fiscais para a pesquisa mineral nos quatro anos seguintes. Nesse caso, por exemplo, o PMD fala somente em "promover a adoção de mecanismos de financiamento para atividades de pesquisa e produção mineral". Sobre terras indígenas, o PMD diz apenas que quer "promover a regulamentação da mineração em terra indígena".

O documento obtido via LAI esclarece vários pontos nebulosos relacionados ao PMD, abre para a sociedade brasileira os números e detalha o lobby por trás do programa feito por Jair Bolsonaro e Bento Albuquerque. Além da ABPM, o governo federal coletou as sugestões de entidades do setor privado e de órgãos internos do governo em reunião realizada em 3 de agosto de 2020.

Participaram: Associação Brasileira de Cimento Portland; Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (Amig); Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais (Abirochas); Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM), Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e a Secretaria Espe-

cial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec) do Ministério da Economia. Fernando Luiz Zancan, presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM), observou que cerca de 60% das metas do PMD têm relação com atividades de mineração de carvão. Já Gilberto Dias Calaes, coordenador executivo da Diretoria de Geologia e Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil, sugeriu reduzir os limites de unidades de conservação para explorar recursos minerais. A meta, escreveu, deveria "promover o estabelecimento de critérios de alteração das poligonais que delimitam as unidades de conservação, nos casos em que se verifique que as atividades de pesquisa e aproveitamento dos recursos minerais não afetam a conservação dos demais recursos naturais".

Em outra rodada de consulta realizada em julho pelo governo, deram os seus palpites a Liasa, uma das maiores produtoras de silício metálico do mundo, a FFA Legal, firma de consultoria que trabalha com mineradoras, a presidência do grupo CSN, segundo maior produtor de minério de ferro do Brasil, a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) e a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge). E Sandro Mabel (PMDB-GO), deputado federal por vários mandatos e dono do Grupo Scodro, de Goiás. A lista de associações setoriais consultadas inclui ainda representantes da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (ABM), Associação Brasileira dos Produtores de Calcário (Abracal), Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas), a Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro (Adimb) e a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), entre outros.



NO FIO DA DINAMITE:

Absolutamente nenhum movimento social, nenhuma organização da sociedade civil e nenhuma associação que representa comunidades atingidas pela mineração e povos indígenas foram ouvidos pelo Ministério de Minas e Energia do governo Bolsonaro para definir o Programa Mineração e Desenvolvimento, que deve ser executado até o fim de 2023.

OS IMPACTOS DO PL 191 NO DESMATAMENTO: Enquanto o Projeto de Lei 191/2020, que abre terras indígenas para a mineração, tramitava no Congresso Nacional, um estudo feito por pesquisadores brasileiros – da USP, UFMG e ISA – e australianos publicado na revista científica One Earth apresentou dados alarmantes. Segundo os pesquisadores, caso aprovada, a proposta pode causar a perda de 160 mil quilômetros quadrados de florestas na Amazônia, área maior que a superfície de países como a Inglaterra. Considerando 2019, que registrou 9 mil quilômetros quadrados de desmatamento – maior taxa em cinco anos – isso significaria quase 20 anos de destruição de mata nativa causado por um único projeto de lei. Além disso, a proposta também pode causar prejuízo de US\$ 5 bilhões de dólares anuais em serviços ecossistêmicos, considerando apenas a produção de alimentos como a castanha-do-pará, a extração de madeira e borracha de modo sustentável, a mitigação de gases do efeito estufa e a regulação climática. Mais de 200 povos indígenas que vivem nesses territórios seriam afetados. A diferença entre a aprovação ou não do PL é de pelo menos 20% a mais da destruição ambiental projetada, considerando um impacto conservador de 70 quilômetros a partir de cada mina. A implantação de cavas, plantas de processamento, barragens e outras instalações para a mineração, até a construção de infraestrutura de acesso e transporte para o minério, causaria impactos diretos e indiretos significativos.

AMAZÔNIA BRASILEIRA REGISTRA 2.500 PONTOS DE GARIMPO ILEGAL

Estudo publicado pela Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) mostrou que a Amazônia sul-americana tem 4.472 locais identificados onde se pratica a mineração ilegal, 87% deles em fase ativa de exploração. Mais da metade desses garimpos ilegais, 2.576, está no Brasil, quase todos em atividade. Segundo o atlas Amazônia Sob Pressão, mais de 30% da Amazônia está sob pressão “alta” ou “muito alta”, com destaque negativo para Brasil, Equador e Venezuela.

Além de apontar os polos tomados por garimpeiros há décadas, como a região do Tapajós e sudeste do Pará, que incide sobre os povos Munduruku e Kayapó, o norte do Mato Grosso e a TI Yanomami (RR), a pesquisa também lembra que, em 2020, a TI Raposa Serra do Sol (RR) sofreu sua primeira grande invasão garimpeira desde que foi demarcada em 2009. Águas Subterrâneas (Abas), a Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro (Adimb) e a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), entre outros.

A PF estimava que **cerca de 2 mil garimpeiros estejam atuando na terra indígena**, sobretudo na região que faz fronteira com a Guiana. Além de Jair Bolsonaro e Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, serem adversários históricos da demarcação da Raposa Serra do Sol, o senador Chico Rodrigues (DEM/RR), **pego na constrangedora situação em que escondeu dinheiro na cueca**, é um aliado dos garimpeiros da região e atuava como interlocutor do Planalto.

O estudo mostra que o desenvolvimento ilegal da extração de minerais, especialmente do ouro, alcança 17% das áreas protegidas e 10% das terras indígenas da região amazônica. A desestruturação completa de órgãos de fiscalização como o Ibama, a atuação contra o meio ambiente do ministro Ricardo Salles e a conivência de Hamilton Mourão e a **operação militar na Amazônia mais focada em desviar dinheiro público do que combater ilegalidades** colaboram decisivamente para o cenário exposto no atlas.



NO FIO DA DINAMITE:

A atuação do governo Jair Bolsonaro foi determinante para o aumento de 632% no garimpo ilegal em terras indígenas, como **revelado** pelo MapBiomas em setembro de 2022.

2021



Crédito: Romério Cunha/VPR

JANEIRO

VICE-PRESIDENTE MOURÃO PRIORIZA LIDERANÇAS DO GARIMPO

O vice-presidente Hamilton Mourão tem grande **proximidade** com lideranças históricas e empresários do garimpo na Amazônia. Pelo menos isso é o que mostra uma análise de sua agenda. Em 25 de janeiro de 2021, ele se encontrou com José Altino Machado, fundador da União Nacional dos Garimpeiros, e com Dirceu Frederico dos Santos Sobrinho, presidente da Associação Nacional do Ouro (Anoro).

A amizade entre Mourão e José Altino Machado é antiga e os encontros, frequentes. Em julho de 2019, Mourão se reuniu com Altino e o deputado federal Euclides Pettersen (PSC). Na ocasião, Altino defendeu uma "revisão" sobre a exploração de ouro na Amazônia: "Apresentei a ideia de criar responsabilidades mútuas no Brasil. Nós ficamos com a responsabilidade de tomar conta do tra-

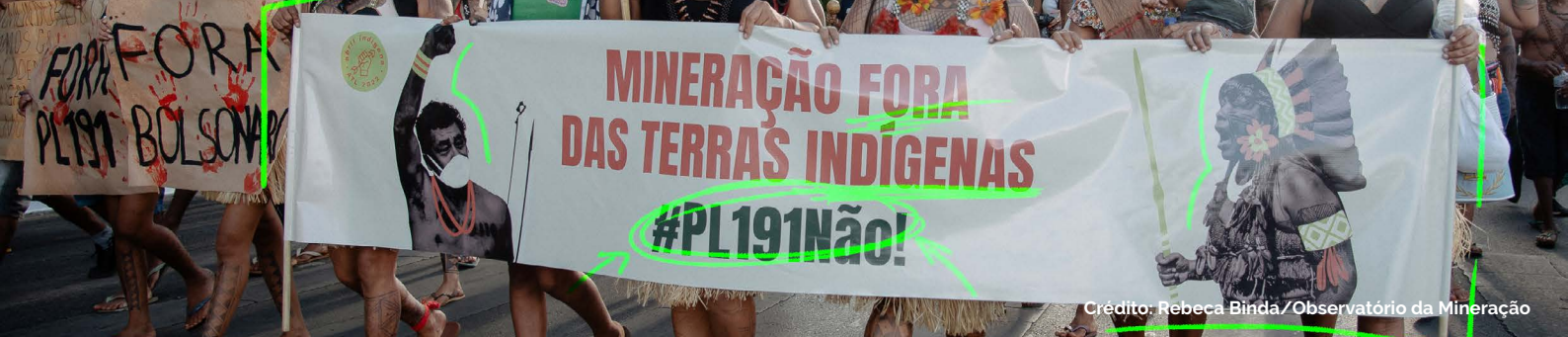
balho que nós temos na Amazônia, enquanto o governo assume a responsabilidade de administrar. Não tem cabimento um pedido de licença ambiental ficar pendente por mais três anos no governo. Essa questão da morosidade não pode acontecer. Ele entendeu tudo e se colocou à disposição para nos ajudar", disse.

Em setembro de 2019, Altino participou de audiência na Câmara Federal ao lado de Alexandre Vidal, do MME, Eduardo Leão, da ANM, e Dirceu Santos Sobrinho, da Anoro. No mesmo mês, Dirceu e Altino **reuniram-se também com o ex-ministro Ricardo Salles**, o general Augusto Heleno e Onyx Lorenzoni. A agenda de junho de 2020 registra novo encontro entre Mourão, Machado, Sobrinho e Pettersen **em Brasília**.



NO FIO DA DINAMITE:

A análise sistemática dos quatro anos de governo Bolsonaro mostra que o lobby garimpeiro nunca esteve tão próximo das autoridades federais.



Crédito: Rebeca Binda/Observatório da Mineração

2021

FEVEREIRO

PL 191 NO TOPO DA LISTA DE ENCOMENDAS DE BOLSONARO AO CONGRESSO

O PL 191/2020, que visa permitir mineração e outras atividades industriais em Terras Indígenas, figurou entre os 35 projetos de lei indicados como "prioritários" na **lista** que o presidente Jair Bolsonaro enviou a Arthur Lira (PP-AL), eleito presidente da Câmara dos Deputados, e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), eleito presidente do Senado.

Na campanha para deputado federal em 2014, a

última com doação direta de empresas, **Arthur Lira recebeu R\$ 200 mil da Rico Táxi Aéreo**, um dos maiores valores doados ao candidato na ocasião. Fundada nos anos 60 por Munur Yurtsever, o "Comandante Mickey", **a Rico Táxi Aéreo serve por décadas a garimpeiros** nos estados da Amazônia Legal. Lira viajou diversas vezes pelo Brasil em jatinhos da empresa durante sua campanha pela presidência da Câmara.

Tanto Arthur Lira quanto a Rico Táxi Aéreo são alvos de investigações por corrupção e lavagem de dinheiro. Os irmãos Átila e Metin Yurtsever, filhos de Munur e donos da Rico Táxi Aéreo, passaram por ação de **busca e apreensão da Polícia Federal** em novembro de 2019 sob suspeita de terem lavado dinheiro para a campanha de Eduardo Braga (MDB-AM). Segundo delação premiada de Ricardo Saud, ex-diretor da JBS, eles usaram notas fiscais falsas para ocultar propina de R\$ 6 milhões ao emedebista em 2014, quando Braga tentou se eleger governador do Amazonas. O senador nega as acusações. A Rico Táxi Aéreo também é investigada em outra operação da Polícia Federal contra desvio de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) no Amazonas e, nesta averiguação, teve um avião apreendido em 2019.

CORRIDA PELO OURO SE ACIRRA NA AMAZÔNIA

Um **estudo** divulgado no final de fevereiro de 2021 apontou que 3,8 milhões de hectares de Unidades de Conservação e 2,4 milhões de hectares de Terras Indígenas estavam ameaçados pela busca formal e extração do ouro na Amazônia, de acordo com 2.113 pedidos de pesquisa registrados na Agência Nacional de Mineração (ANM). Segundo o **Instituto Escolhas, autor do levantamento**, 2020 teve recorde de pedidos na ANM para explorar ouro em terras indígenas, com 31 solicitações registradas. As promessas e práticas do governo Bolsonaro – projetos de lei, decretos, edição de normas, programas e projetos anunciados — contribuíram diretamente para

o aumento substancial do número de petições.

Somente na Terra Indígena Yanomami, entre Amazonas e Roraima, são 749 mil hectares sob registro. Mais de **20 mil garimpeiros ocupam ilegalmente o território**, espalham doenças como Covid-19 e malária para a população indígena e cometem crimes se aproveitando da valorização do ouro no mercado mundial. Na Terra Indígena Baú, no Pará, a segunda em extensão de processos, são 471 mil hectares registrados, o equivalente a um quarto do território.



NO FIO DA DINAMITE:

Outras TIs enfrentam situação ainda mais drástica se considerarmos a proporção de terras afetadas por pedidos para explorar ouro: as TI's Araçá, Ponta da Serra, Barata Livramento, Aingal, Truaru, Sucuba, Pium, Mangueira e Anta, todas em Roraima, têm praticamente 100% do território sob requerimento de mineração.

A APA do Tapajós, com 1,2 milhão de hectares, tem 59% do território tomado por requisições para explorar ouro. Na prática, a área **já é a maior em garimpagem ilegal do Brasil**, com dezenas de milhares de garimpeiros atuando ilegalmente nas áreas protegidas e terras indígenas da região. Na sequência da lista de áreas protegidas mais ameaçadas constam quatro Florestas Nacionais (Flona): a Flona de Roraima e as Flonas Crepori, Amana e Jamanxim, todas no Pará.



Crédito: Antônio Cruz/Agência Brasil

2021

MARÇO

GOVERNO BOLSONARO LANÇA POLÍTICA DE MINERAIS ESTRATÉGICOS

Decreto assinado por Jair Bolsonaro, Paulo Guedes, ministro da Economia, e Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia, define que minerais considerados estratégicos ganharão tratamento especial no governo. Tais minerais foram inseridos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e serão analisados por um **Comitê** sem participação do Ministério do Meio Ambiente nem de qualquer Conselho Ambiental ou representante da sociedade civil. Embora o licenciamento siga restrito aos órgãos competentes como o Ibama, as opiniões do Comitê devem acelerar a aprovação de processos.

Segundo o decreto, a política "Pró-Minerais Estratégicos" será permanente e as próprias mineradoras devem solicitar a sua inclusão no projeto,

desde que atendam a alguns critérios: minerais que tenham "importância para setores vitais da economia", que sejam aplicados em alta tecnologia ou que apresentem "vantagem comparativa" para o superávit da balança comercial. O chamado Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégico (CTAPME) "apoiará" o licenciamento ambiental, informará ao PPI os projetos escolhidos e irá produzir relatórios sobre o andamento da política. Há um modelo de licenciamento simplificado anexo ao decreto. O Comitê, que se reunirá a cada dois meses, é formado pelo Ministério de Minas e Energia, Ministério da Ciência, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, Secretaria Especial do PPI e Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência.

NO FIO DA DINAMITE:

De acordo com dados oficiais, no fim de 2022, o programa "Pró-Minerais Estratégicos" registrava dezenas de projetos socioambientalmente problemáticos habilitados pelo governo, incluindo empreendimentos de empresas como Vale, Sul Americana de Metais, Potássio do Brasil, Belo Sun, Indústrias Nucleares do Brasil e Mineração Rio do Norte, entre outros.

BOLSONARO E PRESIDENTE DA FUNAI PRESSIONAM INDÍGENAS POR MINERAÇÃO

"Não tenho mais tempo para perder com fofoca, estamos envolvendo presidente da República, querendo ajudar, ministros, eu tenho que escutar essas ladainhas sobre cooperativa? A paciência acabou. Querem ficar com ONG? Maravilha, fiquem com essas malditas ONGs, só

que lembrem-se: estão dentro do Brasil. General Mourão, Exército, Polícia Federal, vai ir pra cima", diz o madeireiro João Gesse **em áudio vazado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)** e confirmado pelo Observatório da Mineração.

A gravação se refere a reunião realizada em Brasília em 24 de março de 2021, com a presença de Gesse, Jair Bolsonaro, Marcelo Xavier, presidente da então ainda chamada Fundação Nacional do Índio - agora Fundação Nacional dos Povos Indígenas - (Funai) e uma comitiva de lideranças Kayapó do sul do Pará. A **reunião não apareceu na agenda oficial de Bolsonaro**. Já o calendário do presidente da Funai **listava apenas um encontro com o presidente da República**, sem mencionar a presença dos Kayapó, citados em compromisso ocorrido **na véspera**.

Publicamente, o objetivo da reunião do dia 24 de março era "encontrar soluções sustentáveis" para os indígenas. Porém, o áudio do madeireiro Gesse, um vídeo de Bolsonaro e entrevistas posteriores mostram que o governo incentivou os indígenas a pressionarem por mineração e pelo agronegócio em suas terras.

Na reunião, o ex-presidente Jair Bolsonaro disse que tinha feito a sua parte — encaminhar o projeto de lei 191/2020 — e que "os índios que querem trabalhar com mineração têm que pressionar seus políticos", assim como os garimpeiros e mineradores, para "pleitear o que tem que ser votado e aprovado". Em vídeo gravado no encontro e endereçado a Sérgio Reis, Bolsonaro diz que os indígenas "têm o direito de serem tratados como nós e que suas terras sejam usadas para os bens dele e do Brasil".

No áudio de Gesse, é citada a cooperativa Kayapó Ltda, fundada em novembro de 2018 em Ourilândia do Norte (PA) fruto de articulação entre o próprio madeireiro e o ex-deputado federal e cantor Sérgio Reis, amigo de Bolsonaro.

O estatuto da cooperativa declara como objetivo a "extração, exploração agroindustrial, produção e comercialização em comum", entre outros, de "recursos minerais existentes na Reserva Kayapó". Em entrevista por telefone, Gesse confirmou o teor do áudio vazado e disse que o modelo da cooperativa poderia servir de exemplo para todo o Brasil. Segundo ele, a presidência da Funai o procurou para saber se poderia usar o estatuto como referência para outros povos indígenas. "Falei que podia, que esse seria o maior pagamento, o estatuto servir para todos os índios do Brasil, não só para os Kayapó", contou Gesse.

Ainda na reunião de 24 de março, Marcelo Xavier, presidente da Funai, orientou Gesse a entrar com ação popular contra a ONG **Associação Floresta Protegida** (AFP), organização indígena do povo Mëbêngôkre/Kayapó fundada em 1998 e que representa aproximadamente 3 mil indígenas de 31 aldeias no sul do Pará. Gesse denunciou a Floresta Protegida ao MPF em 2017 por supostas atividades irregulares e desvio de recursos, ação posteriormente arquivada.

Para Bepnhoti Atydjare, conhecido como Amauri, coordenador executivo da Associação Floresta Protegida, a perseguição de João Gesse visa atrapalhar as atividades da organização. Amauri destaca que as ONGs indígenas estão fazendo o trabalho de fiscalização, preservação e monitoramento que o governo federal deveria fazer. O povo Kayapó tem mais de dez instituições organizadas. Ao tomar conhecimento dos objetivos da cooperativa criada por Gesse e Sérgio Reis, lideranças e caciques do povo Kayapó **divulgaram carta pedindo a extinção da entidade**.



2021

ABRIL

EM EVENTO NO CANADÁ, COMITIVA DO GOVERNO ATRAI INVESTIDORES COM NOVAS PROMESSAS DE DESREGULAMENTAÇÃO

Se nunca foi exatamente coadjuvante, nos anos de governo Bolsonaro, o Brasil passou a ser um país chave no maior evento de mineração do mundo, promovido pela Prospectors & Developers Association of Canada (PDAC), no Canadá. A **participação brasileira na edição 2021** confirmou a aposta total na desregulamentação absoluta, a agilidade na concessão de licenças pela Agência Nacional de Mineração, o aumento de instrumentos financeiros oferecidos pelo governo e as "parcerias" com grandes mineradoras para explorar "ativos de classe mundial".

Parte da delegação do Brasil presente ao evento, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que reúne as maiores empresas do setor, **anunciou com ênfase** que "o mercado financeiro vê com bons olhos o modelo de revisão regulatória e le-

gal da indústria mineral brasileira, implantado e em curso pela Agência Nacional de Mineração (ANM), para reduzir a burocracia".

Entre os resultados celebrados pelo mercado, destacam-se os menores prazos para a concessão de licenças (até 34 dias para aprovar um alvará de pesquisa se a área de interesse estiver livre), leilões que prometiam atrair R\$ 3 bilhões até 2022 e a possibilidade de usar terrenos como garantia para financiamentos, uma "reivindicação antiga dos investidores do setor" que estava em fase final de discussão pela ANM. Um representante da XP Investimentos comemorou que as "mudanças estruturais" do Brasil passassem a ser "uma oportunidade para todos os tipos de empresas de mineração nacionais".

Além das palmas dos empresários brasileiros, representantes de grupos transnacionais da mineração também louvaram os esforços do governo Bolsonaro para facilitar a atividade e o acesso às reservas minerais do país:

Christian Milau, CEO da Equinox Gold, mineradora canadense responsável por uma barragem que transbordou e deixou milhares de pessoas sem água no Maranhão, disse que "há muito menos perguntas sobre o Brasil em relação à política ou a riscos jurisdicionais do que no passado".

David Strang, CEO da Ero Copper, observou o crescente interesse do governo em tentar continuamente "melhorar os processos burocráticos" e "encontrar soluções" para as mineradoras. "É sempre vantajoso quando temos esse tipo de relação simbiótica com o governo", disse.

O diretor-presidente da Lara Exploration, Miles Thompson, disse que a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM) revigorou o processo regulatório e a descentralização do licenciamento ambiental permitiu às empresas trabalharem mais estreitamente com os reguladores. "Nunca trabalhei em um ambiente em que os reguladores, as autoridades fossem tão proativos", afirmou.

Mike Mutchler, presidente e CEO da Amarillo Gold, comentou que o processo de licenciamento para novos projetos foi simplificado no Brasil. Ele mencionou que costumava enfrentar um processo de licenciamento dividido entre diferentes componentes do projeto no passado, e agora foram agregados em uma licença principal.

Para o CEO da Sigma Lithium, Calvyn Gardner, o governo brasileiro mudou definitivamente quando se trata de agências regulatórias ambientais e de regulação da mineração nos últimos anos, "e isso é realmente positivo para qualquer novo



NO FIO DA DINAMITE:

O PDAC 2021 também debateu a oferta, até 2022, de 35 mil áreas e oito blocos para pesquisa mineral que, na visão do governo e do mercado, foram pouco explorados ou ficaram "trancados" durante décadas, sem "qualquer movimentação devido à burocracia".

MPF PEDE INTERVENÇÃO FEDERAL PARA DETER VIOLÊNCIA GARIMPEIRA CONTRA POVO MUNDURUKU

A **escalada de violência de garimpeiros** contra indígenas na região de Itaituba e Jacareacanga, no Pará, maior polo de garimpo ilegal do Brasil, levou o Ministério Público Federal (MPF) a pedir **intervenção federal** para tentar conter ataques contra lideranças indígenas e associações do povo Munduruku. O pedido foi encaminhado no dia 23 de abril à Procuradoria-Geral da República (PGR), a quem cabe acionar o Supremo Tribunal Federal (STF). As violações de direitos humanos são evidentes, diz o MPF, e o estado do Pará se mostrou totalmente incapaz de garantir a segurança pública na região.

O pedido aconteceu após a ocorrência de três ataques consecutivos em menos de um mês em Jacareacanga. No fim de março, um grupo de garimpeiros **destruiu a sede da Associação de Mulheres Munduruku Wakoborün**. Já em abril, em **novo ataque**, um motor de barco e 830 litros de combustível foram roubados.

Sistematicamente, o MPF fez solicitações de proteção e investigação às autoridades paraenses, mas elas foram ignoradas e a situação só piorou, alegaram os procuradores. Desde 2018, as principais lideranças indígenas contrárias à mineração na região sofrem ameaças de morte. Em novo requerimento, o MPF reiterou argumentos apresentados em 2020 para que forças federais atuem com urgência para impedir ataques violentos dos garimpeiros ilegais aos indígenas.

Vale lembrar que uma ação de fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) em agosto de 2020 foi interrompida após visita do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, à região, com apoio do Ministério da Defesa. As circunstâncias da suspensão incluíram suspeitas de vazamento de informações sigilosas e transporte de garimpeiros em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), e passaram a ser alvo de dois inquéritos do MPF.



2021

MAIO

PL 3729: CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVA PROJETO QUE ENFRAQUECE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

No dia 13 de maio, a Câmara de Deputados aprovou, por 300 votos a 112, o **Projeto de Lei 3729** que praticamente acaba com o licenciamento ambiental e abre o caminho para mais desastres como o de Mariana e de Brumadinho. De acordo com a proposta, barragens de rejeitos poderiam passar por "autolicensing", uma aprovação automática autodeclarada pela própria mineradora, sem análise prévia nem controle dos órgãos ambientais.

O PL do Licenciamento Ambiental, parte do cha-

mado "Pacote da Destruição" promovido pelo governo Bolsonaro com apoio do Congresso na legislatura 2018-2022, restringe, enfraquece ou, em alguns casos, até extingue parte importante dos instrumentos de avaliação, prevenção e controle de impactos socioambientais de obras e atividades econômicas no país. "Trata-se da pior e mais radical proposta já elaborada no Congresso sobre o assunto e que, na prática, torna o licenciamento convencional uma exceção", **avaliou o Instituto Socioambiental.**



NO FIO DA DINAMITE:

Em fevereiro de 2023, o PL 3729 seguia aguardando tramitação no Senado Federal.

APIB LEVA GOVERNO BOLSONARO AO STF POR NEGLIGÊNCIA CONTRA GARIMPEIROS

Após os ataques de garimpeiros ilegais às comunidades Yanomami (RR) e Munduruku (PA), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) **entrou, em 19 de maio de 2021, com um pedido no Supremo Tribunal Federal** para que o governo Bolsonaro apresentasse, em prazo de 30 dias, um plano para expulsar os invasores das terras indígenas. Na TI Yanomami, em meados de maio,

segundo **apuração do site Amazônia Real**, os garimpeiros que atacaram a comunidade de Palimiú seriam membros do Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa de São Paulo que domina o tráfico de drogas em Roraima e já está operando em garimpos ilegais de ouro dentro do território indígena.

A TI Yanomami é uma de sete Terras Indígenas que estavam à espera de um plano do governo para a retirada de invasores, informou a Apib. O Supremo Tribunal Federal (STF) deu prazo para que o Ministério da Justiça e a Polícia Federal elaborassem projeto para desintrusão dos territórios. Constatam da lista as TIs Karipuna, Uru-Eu-Wau-Wau, Kayapó, Araribóia, Munduruku e Trincheira Bacajá.

Luís Roberto Barroso, ministro do STF, determinou que o governo federal adotasse "todas as medidas necessárias à proteção da vida, da saúde

de e da segurança das populações indígenas" (...) devendo destacar todo o efetivo necessário a tal fim e permanecer no local enquanto presente tal risco". A decisão acolheu em parte o pedido da Apib.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o Alto Comissariado das Nações Unidas **expressaram preocupação e cobraram** que o governo Bolsonaro cumprisse seu dever constitucional. O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias do Congresso **solicitou proteção aos Yanomami**.



NO FIO DA DINAMITE:

Apesar de toda a mobilização dos movimentos indígenas e da sociedade civil, na prática, nada foi feito e as medidas judiciais não foram cumpridas até o final do mandato de Bolsonaro. No início do governo Lula, a situação do garimpo ilegal na TI Munduruku no Tapajós segue crítica, o inquérito sobre o transporte de garimpeiros em avião da FAB e as investigações sobre a atuação do ex-ministro Ricardo Salles, agora deputado federal eleito, Hamilton Mourão, ex-vice presidente eleito senador e Marcelo Xavier, ex-presidente da Funai, ainda não deram em nada. Na TI Yanomami, a crise humanitária explodiu, como mostraram as notícias de desnutrição e morte de crianças nas primeiras semanas de 2023: o crime organizado se fortaleceu, os ataques se tornaram constantes e a população indígena sofreu com ameaças, estupros, aliciamento e doenças como a malária.



Crédito: Isis Medeiros / Observatório da Mineração

2021

JULHO

DADOS INÉDITOS REVELAM CENTENAS DE TRABALHADORES EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À ESCRAVIDÃO EM GARIMPOS

Um **levantamento exclusivo do Observatório da Mineração** mostrou que, desde 2008, 333 trabalhadores foram resgatados em garimpos no Brasil em condições análogas à escravidão. A extensão desses resgates em garimpos nunca havia sido revelada antes. Foram 31 operações com foco em garimpos nos últimos 13 anos.

O Pará é o estado campeão, contabilizando 12 operações. As fiscalizações ocorreram sobretudo na Amazônia Legal e na região Nordeste, nos estados do Amazonas, Amapá, Rondônia, Mato Grosso, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Tocantins.

Em comum, nos resgates os trabalhadores foram encontrados em condições precárias, sem instalações adequadas para alojamento, sem banheiros, consumindo água contaminada, alimentação improvisada, sem equipamento de proteção, em jornadas exaustivas, sem qualquer vínculo formal de trabalho e não raro submetidos a dívidas acumuladas com donos de garimpos. Nos diferentes garimpos, é o ouro que lidera a incidência de casos análogos à escravidão, seguido da extração de pedras preciosas como a ametista, o garimpo de caulim e gesso e o estanho.



2021

AGOSTO

GRANDE EMPRESÁRIO DO GARIMPO É DENUNCIADO PELO MPF

No fim de agosto de 2021 o Ministério Público Federal (MPF) **pediu a suspensão de instituições financeiras que teriam comprado ouro ilegal** no Pará. Entre elas, consta a FD Gold, de propriedade de Dirceu Frederico Sobrinho, que também é presidente da Associação Nacional do Ouro (Anoro). O MPF acusa a FD Gold de despejar no mercado nacional e internacional 1.370 quilos de ouro ilegal somente entre 2019 e 2020. O ouro provém de Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso, municípios do sudoeste do Pará que formam o **principal centro de garimpagem ilegal do Brasil**, palco de graves conflitos com povos indígenas, **em especial os Munduruku**.

O MPF afirma que as Permissões de Lavra Garimpeira (PLGs) informadas pela FD Gold como origem dos 1.370 quilos de ouro incidem, segundo análises de satélite feitas em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sobre áreas de floresta, sem qualquer marca de garimpo, o que caracteriza a origem falsa dos 37 processos informados.

Os danos socioambientais causados pela FD Gold na Amazônia chegam a 9 mil hectares de desmatamento além do despejo de mercúrio nos rios, comprometendo a saúde de um enorme contingente de pessoas. Por isso, além da suspensão das atividades da FD Gold, o MPF pede a condenação da empresa, a reparação dos danos causados e ações concretas para prevenir danos futuros. A FD Gold, como Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTV), é au-

torizada a funcionar pelo Banco Central.

O dono da FD Gold e presidente da Anoro, Dirceu Frederico Sobrinho, era **presença frequente** em Brasília e muito próximo da cúpula do governo Bolsonaro. Reuniu-se com o ex-vice-presidente **Hamilton Mourão**, Bento Albuquerque, ex-ministro de Minas e Energia (MME), Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente, Onyx Lorenzoni, ex-ministro da Casa Civil e com o alto escalão do MME e da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Pouco antes de sua empresa ter pedido de suspensão feito pelo MPF, **Dirceu Sobrinho esteve em audiência pública em Brasília**, ao lado de representantes do MME, da ANM, da Advocacia Geral da União, e das cidades do Pará mencionadas, justamente para discutir a "legalização da mineração" na região do Tapajós.

Na ocasião, Dirceu defendeu abertamente a impunidade e sugeriu "um esforço conjunto" entre governo e entidades para que os garimpeiros não continuassem a ser punidos enquanto aguardassem o processo de regularização.

"Precisamos de um termo de ajustamento de conduta para que o garimpeiro não tema mais ser punido", afirmou. A audiência fora solicitada por outro conhecido lobista a favor do garimpo, o deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA). "Quando você dificulta a legalização, induz quem está na ponta a fazer o procedimento de forma ilegal", afirmou **Passarinho**.



PUXANDO A CAPIVARA

A COSTURA INTERNACIONAL DO GOVERNO BOLSONARO PARA LIBERAR MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

Uma **análise** cruzando agendas de reuniões e anúncios do Ministério de Minas e Energia (MME), divulgada em setembro de 2021 pelo Observatório da Mineração, revelou que embaixadores estrangeiros que atuam no Brasil foram consultados frequentemente nos primeiros anos do governo Bolsonaro sobre políticas para o setor mineral e

tiveram voz ativa no esforço para liberar terras indígenas para a mineração e o garimpo. Entre os embaixadores mais ouvidos, destacaram-se os representantes dos Estados Unidos, do Canadá, da Inglaterra e da Austrália, países em que as mineradoras têm grande força econômica e política. A União Europeia também foi consultada.

As reuniões e seminários feitos pela cúpula do MME mostram um verdadeiro feirão mineral, com o objetivo deliberado de atrair investimentos, explorar novas áreas, firmar parcerias, simplificar processos e consultar os embaixadores e representantes de mineradoras, que participam dessas reuniões, sobre como as políticas públicas devem ser tocadas. O foco da turnê do Ministério era colocar o Programa Mineração e Desenvolvimento em prática.

Em janeiro de 2020, um mês antes de assinar o PL 191, Bento Albuquerque **convidou diversos países europeus a participarem da discussão**. Entre os participantes, diplomatas de França, Suécia, Alemanha, Espanha, Portugal, Itália, Polônia, Bélgica, Dinamarca, Eslovênia, República Tcheca, Hungria, Países Baixos e também da União Europeia. O então ministro de Minas e Energia repetiu o discurso de que “muitas lideranças indígenas” seriam a favor da mineração em suas terras e têm “demandado ao governo” que isso seja aprovado.

No PDAC de março de 2020 no Canadá, o secretário de Geologia e Mineração do MME, Alexandre Vidigal, se reuniu com o diretor-geral do Centro de Pesquisa para Mineração do Governo do Canadá, Magdi Habib, e discutiu as prioridades de cada país para o setor mineral, “com ênfase em mineração em terras indígenas”. De **acordo com o MME**, houve troca de experiências com relação às questões de compensação e consulta às comunidades indígenas para a realização de atividade de mineração nessas áreas. Vidigal esteve também com o presidente da Associação de Mineração do Canadá, Pierre Gratton.

Três meses após Jair Bolsonaro enviar ao Congresso o PL 191, em maio de 2020, Vidigal participou de encontro com o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Todd Chapman. A **reunião** versou sobre “os propósitos dos dois países em relação aos rumos e princípios que devem orientar o desenvolvimento do setor mineral”, com prioridade para “o avanço da mineração para novas áreas como terras indígenas e faixas de fronteira”.

Uma videoconferência realizada **em julho de 2020** por Alexandre Vidigal, a figura mais frequente por trás da estratégia de articulação internacional reuniu o então embaixador do Reino Unido, Vijay Rangarajan – depois substituído por **Peter Wilson** – e executivos de grandes empresas do setor, como Anglo American, Horizonte Minerals, Appian Capital, Arcelor Mittal e Verde Agritech. Segundo comunicado do encontro, as empresas participantes manifestaram o apoio do setor privado à política de mineração conduzida pelo governo federal. O evento virtual foi organizado pelo Consulado do Reino Unido em Belo Horizonte e pela Câmara de Comércio Brasil-Reino Unido de Minas Gerais.

Em agosto de 2020, o PMD foi apresentado formalmente ao cônsul britânico Vijay Rangarajan, que "louvou a iniciativa, em particular a centralidade conferida à sustentabilidade da mineração, e antecipou o interesse de seu país em colaborar com o Brasil nesse tema, bem como em questões afetas à atração de investimentos, tecnologias de monitoramento remoto e conhecimento geológico".

As conversas entre o secretário Vidigal e o embaixador dos EUA Todd Chapman seguiram ao longo de 2020. Em novembro, Chapman destacou que, para cumprir as metas dos EUA em mudança do clima, a produção de minerais considerados "críticos" deveria subir incríveis 500% e que um "Grupo de Trabalho Bilateral" sobre esse tema foi criado com o governo brasileiro.

Segundo a **declaração conjunta oficial** emitida após o encontro no final de 2020, "o Grupo de Trabalho visa a apoiar o avanço do relacionamento diplomático e a cooperação técnica bilateral em minerais estratégicos, inclusive melhorando a segurança no abastecimento dessas substâncias em ambos os países, promovendo mineração e

cadeias de produção economicamente viáveis".

Em **notícia de dezembro de 2020**, o MME diz que, "ao reconhecerem os esforços adotados pelo governo brasileiro em prol da garantia de maior segurança jurídica e reguladora do setor", a embaixadora do Canadá, Jennifer May, o embaixador da Austrália, Timothy Kane, e o cônsul britânico em Belo Horizonte, Lucas Brown, "ressaltaram o interesse de seus países em estreitar a parceria com o Brasil e promover maior participação de suas empresas no setor mineral nacional". Não menos que 150 representantes de empresas de mineração brasileiras, canadenses, australianas e britânicas participaram da série de seminários feita pelo governo Bolsonaro.

Em **março** de 2021, a Secretaria de Geologia e Mineração realizou seminário com embaixadores dos Estados Unidos e da Irlanda para atrair investimentos dentro dos objetivos do PMD. Alexandre Vidigal realçou o "compromisso do governo brasileiro em expandir a mineração". Em resposta, o embaixador Todd Chapman novamente elogiou o "excelente momento da relação bilateral EUA-Brasil em mineração".

Se houve ruído entre Biden e Bolsonaro em relação ao controle do desmatamento da Amazônia e às metas anunciadas pelo Brasil no Acordo de Paris, no caso da mineração o que existiu foi convergência e parceria.

Ainda em março de 2021, Vidigal, representando o MME, **participou da abertura do mercado brasileiro** na Bolsa de Valores de Toronto (TSX), uma das principais do planeta para as mineradoras. O presidente para a América do Sul da TSX, Guillaume Légaré, considerou o Brasil "o país do presente" para a mineração, com "potencial minerário" enorme. A Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM) também participou do

evento, junto a executivos de mineradoras e Petro Bório, então embaixador do Brasil no Canadá. Em 2020, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que representa as maiores empresas do setor, já havia celebrado um memorando de entendimento para atrair investimentos canadenses. Hoje, o Brasil possui 36 empresas que operam na Bolsa de Toronto, com 99 propriedades minerárias.





2021

SETEMBRO

TCU SUSPENDE PRIVATIZAÇÃO DA CEITEC, ESTATAL DE TECNOLOGIA AVANÇADA

Sem qualquer justificativa técnica, o governo Bolsonaro agiu para liquidar e privatizar a estatal Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), criada em 2008 pelo governo Lula e sediada em Porto Alegre (RS). A Ceitec é uma empresa de tecnologia de ponta, referência na América Latina e das poucas do mundo capazes de produzir chips semicondutores com usos variados, de saúde a passaportes. Seguindo a lógica da cartilha ultraliberal que marcou a gestão econômica do governo Bolsonaro, a ex-administração do país tentou liquidar uma indústria altamente estratégica para o Brasil.

Ainda em 2019, o Ceitec foi qualificado no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), sendo incluído no Programa Nacional de Desestatização no ano subsequente. Por meio do Decreto 10.578, o governo Bolsonaro determinou sua dissolução societária e iniciou os trâmites para a desestatização, incluindo o processo administrativo junto ao Tribunal de Contas da União (**TC 020.973/2020-9**). Com o processo de liquidação, a qualificada mão de obra empregada na Ceitec foi demitida sumariamente. A maioria dos trabalhadores, em grande parte com mestrado e doutorado, foi obrigada a se repositonar no mercado privado fora do Brasil.

Em **decisão de setembro de 2021** o TCU suspendeu a liquidação da Ceitec, determinando que o Ministério da Economia interrompesse o processo. A explicação é simples: falta absoluta de justificativas técnicas razoáveis. "Os motivos que conduziram à liquidação da Ceitec não se

sustentam, carecendo de maior fundamentação, pois se apoiaram em análises que não ponderaram relevantes perdas e dispêndios de recursos públicos como consequências imediatas desta linha de ação", considerou Vital do Rêgo, ministro do TCU.

Em seu voto, o ministro argumentou que a "dissolução da empresa, sob o critério contábil-financeiro, representaria uma economia anual de, aproximadamente, R\$ 57,8 milhões ao ano, o que representa menos de 0,7% da dotação atual do Ministério de Ciência e Tecnologia para o exercício de 2021, de R\$ 8,62 bilhões", valor irrisório sob qualquer aspecto, em especial para uma indústria da importância da Ceitec. Enquanto isso, a Ceitec é a única empresa da América Latina capaz de desenvolver, projetar e fabricar semicondutores de silício – também chamados de chips – em larga escala. A estrutura fabril da Ceitec, com algumas adaptações, **é compatível com a produção de componentes para o 5G**.

Existe também uma representação do Ministério Público junto ao TCU que indica "graves irregularidades" na desestatização do Ceitec. De acordo com o documento, o processo atende a "interesses alheios aos interesses públicos e nacionais" e estava sendo "conduzido com arbitrariedades e perseguições". Em todo o mundo, aliás, é comum que o setor de semicondutores seja bancado por dinheiro público, já que os governos entendem que um setor estratégico como esse precisa de proteção e o investimento mais do que se paga.

Um **estudo** da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostrou que o apoio governamental total a 21 grandes empresas globais de semicondutores foi de US\$ 50 bilhões de 2014 a 2018. No montante, estão incluídos repasses, isenções fiscais e compra de ações com retornos abaixo do mercado. As três

maiores companhias do setor – Samsung, Intel e TSMC – recebem mais da metade do valor total destinado por governos a indústrias de semicondutores. É justamente para uma delas, a Samsung, que o Ministério das Comunicações do governo Bolsonaro queria entregar parte do setor de semicondutores.



NO FIO DA DINAMITE:

Luciana Santos, nomeada ministra de Ciência e Tecnologia no início do governo Lula em 2023, afirmou que o processo de privatização da Ceitec será suspenso.



Credito: Wilson Dias/Agência Brasil

2021

DEZEMBRO

GT DO NOVO CÓDIGO DE MINERAÇÃO, ENCOMENDADO POR LIRA E BOLSONARO, RACHA NA CÂMARA

O grupo de deputados da Frente Parlamentar da Mineração, que pretendia entregar ao presidente da Câmara, Arthur Lira, um novo Código de Mineração totalmente favorável ao setor mineral, rachou em dezembro de 2021.

"O espírito do Grupo de Trabalho quando foi formado era um, hoje é outro", disse a deputada Greyce Elias (Avante-MG), relatora do Novo Código, no dia 15 de dezembro. O coordenador do GT, Evandro Roman (Patriota-PR), afirmou que "não foi chamado para participar do texto" por Elias e "apenas observou" as discussões.

O grupo reconheceu que cada um estava defendendo os seus interesses: Greyce Elias lamentou ter sido "uma das únicas" a pensar exclusivamente no setor produtivo.

O texto de Elias, com contribuição de todos os deputados do GT formado por Lira, serviu de base para o que viria a ser aprovado apenas no final de 2022. **Investigação do Brasil de Fato** mostrou que em 2018 ao menos seis deputados do GT receberam cerca de R\$ 200 mil em doa-

ções de executivos ligados a mineradoras.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), que **assumiu papel cada vez mais forte no lobby mineral**, emitiu nota celebrando todas as mudanças feitas pelo texto de Greyce Elias. "A CNI realizou processo de ampla consulta à base industrial do setor mineral e apoia a aprovação do relatório 2 apresentado pela Dep. Greyce Elias por entender que a proposta atende a demandas históricas do setor produtivo e soluciona gargalos que criam empecilhos ao desenvolvimento da mineração nacional", diz o texto da CNI.

Já organizações da sociedade civil representadas pelo Observatório do Clima (OC) afirmaram que o texto que estava na mesa era "inconsistente, irresponsável e inconstitucional". O OC **elencou diversos problemas graves no texto do GT**. Diversos deputados de oposição e dezenas de movimentos sociais e organizações da sociedade civil também **publicaram uma carta "em defesa de um novo Código de Mineração popular e socioambientalmente sustentável"**.

NO FIO DA DINAMITE:

Coluna da jornalista Cristina Serra na Folha de S. Paulo em 26 de novembro lembrou os negócios minerários de Pablo César de Souza, o Pablito, ex-vereador de BH e marido da deputada e relatora Greyce Elias. Pablito, que assessorou o presidente do Senado em 2019, o também mineiro Rodrigo Pacheco (MDB), consta como sócio de três empresas mineradoras. No governo Temer, Pablito foi nomeado como superintendente do antigo DNPM, hoje Agência Nacional de Mineração (ANM) em Minas Gerais. Na época, a nomeação de Pablito provocou pedido de demissão em massa de 21 servidores da ANM em protesto contra a falta de capacidade técnica e por interesses econômicos na exploração mineral do superintendente.

Pontos críticos do texto do Novo Código de Mineração apresentado pela relatora deputada Greyce Elias destacados por entidades da sociedade civil:

- Centraliza atribuições excessivas no governo federal e restringe a fiscalização das atividades minerárias à Agência Nacional de Mineração (ANM) e a seus delegados, esquecendo que é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios "registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios", segundo o art. 23, inciso XI, da Constituição (arts. 1º e 13 da 2ª versão da minuta);
- Posiciona os interesses minerários acima dos direitos relativos ao desenvolvimento urbano (art. 1º, § 3º, da 2ª versão da minuta), conflitando com o disposto no art. 182, § 1º, da Constituição;
- Exclui do controle do poder público a extração de substâncias minerais para uso em obras públicas, inclusive quando realizadas por empresas contratadas (art. 2º, parágrafo único, da 2ª versão da minuta);
- Prevê dispensa de licenciamento ambiental para a pesquisa mineral em todos os casos em que não estiver presente potencial de significativo impacto, ou seja, nas situações em que não se exige Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), o que abrange praticamente a totalidade das pesquisas nesse campo (art. 14, § 5º, da 2ª versão da minuta);
- Não inclui expressamente os danos ambientais nas responsabilidades do titular da autorização de pesquisa, limitando-se a falar em danos a terceiros (art. 22, inciso IV, da 2ª versão da minuta);
- Inclui licenças e autorizações por decurso de prazo, absolutamente questionáveis na atividade de mineração (art. 30, § 7º; art. 88-A, § 4º; art. 97, § 2º), o que permitirá a liberação de atividades de alto impacto sem análise da ANM e das autoridades locais;
- Contempla disposições genéricas, insuficientes, em relação às barragens de mineração (art. 40 da 2ª versão da minuta);
- Não faz conexão formal dos processos junto à ANM com o licenciamento ambiental, tratando de forma autônoma os dois processos, o que levará a conflitos e pressão política para a concessão da licença pelos órgãos do Sisnama (art. 41, § 6º da 2ª versão da minuta);
- Exige oitiva do Ministério das Minas e Energia e dos titulares de direitos minerários na criação de Unidades de Conservação, no tombamento de bens e também em "outras demarcações" (o que inclui terras indígenas, territórios quilombolas e de outras comunidades tradicionais), bem como a elaboração de análise de impacto econômico, subordinando a proteção dos direitos socioambientais, dos direitos fundamentais dos povos indígenas e do patrimônio cultural aos interesses minerários (art. 42-B da 2ª versão da minuta);
- Não detalha de forma suficiente a questão ambiental nas responsabilidades estabelecidas para o titular da concessão, inclusive no que se refere à prevenção de desastres ambientais (art. 47 da 2ª versão da minuta).

Leia a íntegra do posicionamento das entidades em <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/12/PROPOSTA-DO-NOVO-CO-CO-81DIGO-DE-MINERACAO-A7A-830.pdf>

2022



Crédito: Divulgação/GTE Eletrosul

JANEIRO

GOVERNO BOLSONARO APROVA SUBSÍDIOS DE BILHÕES PARA TÉRMICAS A CARVÃO

Pelo menos R\$ 3,3 bilhões até 2025, em conta a ser paga diretamente por todos os consumidores de energia do Brasil: este é o preço dos subsídios previstos no Projeto de Lei 712/2019 do senador Esperidião Amin (PP-SC), para financiar termelétricas a carvão em Santa Catarina. **A lei foi aprovada pelo Congresso e sancionada por Jair Bolsonaro em janeiro de 2022.**

Amin, que cumpre o segundo mandato como senador – o primeiro foi nos anos 90 – é ex-governador de Santa Catarina, ex-deputado da Arena, base da ditadura militar e membro da Frente Parlamentar da Mineração. O carvão, especialmente forte no sul do país, tem alta representatividade nesta frente parlamentar. Três dos sete senadores signatários da FPM são de Santa Catarina. O senador catarinense Jorginho Mello (PP), também membro da FPM e bolsonarista fiel, foi o relator do PL 712/2019 e **admitiu que o projeto contou com o apoio do Ministério de Minas e Energia (MME).**

O lobby do carvão exerceu forte influência na definição das metas do Programa Mineração e Desenvolvimento (PMD). Em agosto de 2021, o Ministério de Minas e Energia **lançou um programa sustentável para o carvão mineral nacional,** com o objetivo de manter a indústria em funcionamento e substituir antigas termelétricas por novas. Para isso, estão previstos R\$ 20 bilhões em investimentos em carvão no Brasil nos próximos 10 anos, com apoio financeiro e fiscal direto da União. O foco é sustentar a atividade de mineração de carvão na região Sul do Brasil, que concentra 99,97% da reserva brasileira desse mineral. Isso equivale, celebra o MME, a um potencial de abastecimento elétrico de 18.600 MW durante 100 anos de operação. O carvão mineral é uma das fontes mais poluentes, caras e atrasadas para a geração elétrica.

O PL 712/2019 **sancionado por Jair Bolsonaro e transformado na Lei 14.299** para garantir **a continuidade do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda** em Santa Catarina é parte desse contexto.

**NO FIO DA DINAMITE:**

A associação dos grandes consumidores de energia (Abrace) estima um custo anual para os consumidores de R\$ 840 milhões com a obrigação de contratar a energia gerada por carvão mineral das usinas catarinenses. Embora o subsídio direto acabe em 2025, a prorrogação dos contratos vai até 2040. O estrago, portanto, é ainda maior. A Abrace afirma que a lei “segue na contramão do movimento de transição energética, com impactos ambientais significativos, e prorroga custos ineficientes para todos os consumidores”.

DESTRUIÇÃO DE CAVERNAS ATENDE A INTERESSES DA MINERAÇÃO

Decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, pelo Ministério de Minas e Energia e pelo Ministério do Meio Ambiente em 12 de janeiro de 2022 autorizou a destruição de cavernas, incluindo as de máxima relevância ecológica, histórica e cultural, para favorecer a instalação de novos empreendimentos.

Vale lembrar que o Programa Mineração e Desenvolvimento (PMD), lançado em dezembro de 2020 pelo governo Bolsonaro com boa parte das suas 110 metas ditadas pelo setor mineral, prevê “aprimorar a regulação que trata de cavidades naturais”. **O Decreto 10.935**, portanto, pode ser considerado mais uma entrega da cúpula do governo federal às mineradoras. A proteção de cavernas é tratada como um dos “empecilhos” a projetos minerários de alto investimento e com potencial para causar grandes danos. O decreto de Bolsonaro/MME/MMA autoriza expressamente “impactos irreversíveis”.

Além disso, o texto diz que “diante de fatos novos” a classificação de relevância das cavernas poderá

ser alterada pelos órgãos ambientais, que a destruição de áreas de máxima relevância depende de licenciamento – fartamente contaminado pelo lobby mineral – e que um empreendedor poderá solicitar ao órgão competente que as novas regras do decreto valham mesmo para projetos em andamento, iniciados antes da publicação de 12 de janeiro. Ao prever que a “utilidade pública” e econômica de projetos se sobressaiam a questões ambientais, históricas e culturais, o decreto garante ainda que projetos “sem alternativa locacional viável” sejam aprovados. É justamente o caso da mineração, que depende do local exato em que a jazida está localizada.

A Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE) manifestou, **em nota pública**, sua “total desaprovção”. Para os especialistas, o decreto foi “produzido a portas fechadas, sem diálogo com a comunidade espeleológica e, claramente, mostra a interferência direta dos Ministérios de Estado de Minas e Energia e de Infraestrutura em uma matéria que é de interesse ambiental”.

**NO FIO DA DINAMITE:**

Duas semanas depois, o decreto foi sustado parcialmente por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal, que suspendeu dois artigos do texto que abriam espaço para o licenciamento ambiental à exploração econômica, incluindo atividades como mineração e construção de ferrovias, em cavernas de grau de relevância máximo.



2022

FEVEREIRO

OCDE ENTREGA “GUILHOTINA REGULATÓRIA” PARA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

Mais de um ano e meio depois do início do projeto de consultoria, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou à Agência Nacional de Mineração (ANM) o **relatório final** com propostas da chamada **“guilhotina regulatória”** para o setor mineral. O fato se dá na esteira do processo de negociação de **ingresso** do Brasil na organização dos países mais ricos do mundo.

O Brasil já atendeu a mais de 100 das 250 medidas regulatórias requeridas pela OCDE. O meio ambiente é um dos “entraves” para a conclusão da parceria e, por isso mesmo, a simplificação do licenciamento está entre as principais recomendações da OCDE ao setor mineral brasileiro. “Desenvolver e implementar uma política detalhada de simplificação administrativa e redução de entraves para todas as formalidades e burocracias governamentais no setor de mineração, com ênfase no licenciamento”, diz, **letra a letra, a recomendação.**

A OCDE não só elogia as mudanças já realizadas pela ANM desde o início do governo Bolsonaro para acelerar e simplificar os pedidos de pesquisa e licenciamento mineral, como afirma que existem planos para expandir essas práticas até a fase de concessão. O documento da OCDE

aplaude a Lei de Liberdade Econômica publicada em setembro de 2019 pelo governo Bolsonaro e defende a agilidade de processos, trâmites, “pressões e outros custos” que a regulamentação cria.

Nesse contexto, atividades econômicas de “baixo risco” estariam “livres de qualquer tipo de licença ou autorização governamental para iniciar ou continuar as operações, e a instituição da regra do “silêncio é consentimento” nos trâmites do governo, com ressalvas e exceções específicas” é bem-vinda para a mineração, diz a OCDE. O princípio do “silêncio é consentimento” significa que os pedidos de licenças e autorizações obtêm uma aprovação automática caso a agência governamental não forneça uma resposta oficial no prazo definido.

Sobre o garimpo ilegal, o relatório da OCDE destaca que “o Ministério de Minas e Energia e a ANM estão trabalhando juntos para formalizar o trabalho dos garimpeiros em atividades de mineração de ouro e em geral. O PMD também inclui disposições para promover a formalização e incentivar o cooperativismo na atividade de mineração, bem como para promover a adoção de boas práticas na mineração de ouro”.

NO FIO DA DINAMITE:

A assessoria direta da OCDE ditando regras sobre a exploração de recursos minerais estratégicos do país chama a atenção, entre outros aspectos, pela contradição explícita em relação ao discurso nacionalista que foi a principal marca da propaganda patriota do governo Bolsonaro.

OCDE: Fundada em 1961, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é conhecida como um “clube de países ricos” comprometidos com o liberalismo econômico. O orçamento anual da entidade chega perto dos 400 milhões de euros. O ingresso na OCDE é considerado um “selo de qualidade” com o objetivo de “estimular investimentos e a consolidação de reformas econômicas”. O Brasil é tido como um “parceiro-chave” da OCDE e tenta se tornar membro oficial do clube há muitos anos, mas ainda não foi aceito. Como “parceiro-chave”, o Brasil tem “a possibilidade de participar dos diferentes órgãos da OCDE e aderir aos instrumentos legais da OCDE”, informa a [entidade](#).

METADE DO OURO EXPORTADO PELO BRASIL TEM ORIGEM ILEGAL

Entre 2015 e 2020, o Brasil comercializou 229 toneladas de ouro com indícios de ilegalidade, **mostrou novo estudo do Instituto Escolhas**, ou quase metade do total de 487 toneladas exportadas. A análise foi feita a partir de mais de 40 mil registros de comercialização de ouro, dados da Agência Nacional de Mineração, do Ministério da Economia, da Receita Federal e imagens do Mapeamento de Biomas. Mais da metade do ouro ilegal identificado veio da Amazônia (54%), principalmente do Mato Grosso (26%) e do Pará (24%).

Os números, efetivamente, são subestimados, já que a metodologia considerou apenas o ouro exportado em formas brutas, semimanufaturadas ou em pó. Existem outros formatos do metal para exportação, o que indica que a ilegalidade é ainda maior. Além disso, **boa parte do ouro exportado não tem registro algum**.

Segundo o estudo, as principais áreas protegidas afetadas incluem a TI Sararé (MT), a TI Kaya-bi (MT/PA) e os Parques Nacionais da Amazônia (PA), Matinguari (AM/RO), do Acari (AM) e Montanhas do Tumucumaque (AP/PA).

Somente quatro empresas concentram um terço de todo o volume de ouro com indícios de ilegalidade. No período estudado, as Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs) FD Gold, Ourominas, Parmetal e Carol movimentaram 79 toneladas de ouro com origem duvidosa em garimpos na Amazônia, o que coloca quase 90% do total das suas operações sob suspeita. Três empresas – a FD Gold, a Carol e a Ourominas – são alvo de ações judiciais recentes do Ministério Público Federal (MPF). E três delas – FD Gold, Parmetal e Carol – são membros da Associação Nacional do Ouro (Anoro).

POR DECRETO, BOLSONARO CRIA PROGRAMA PARA ESTIMULAR GARIMPO

O governo Jair Bolsonaro optou pelo caminho mais curto para atender aos interesses do lobby mineral: editar decretos para mudar a legislação sem a necessidade de passar pelo Congresso, acomodar interesses difusos e enfrentar a oposição. **Dois decretos** publicados em fevereiro de 2022 – o 10.965 e o 10.966 – se configuraram como atalhos para novo regramento infralegal que favorece sobretudo o garimpo.

O **Decreto 10.965** altera o Código de Mineração de 1967, adiantando mudanças pretendidas com

o PL 191 e o Novo Código de Mineração, **encomendados** pelo governo Bolsonaro ao Congresso em 2021. Entre as principais e mais problemáticas alterações em relação aos textos anteriores está a previsão de que, agora, a ANM “estabelecerá critérios simplificados para análise de atos processuais e procedimentos de outorga, principalmente no caso de empreendimentos de pequeno porte ou de aproveitamento das substâncias minerais de que trata o art. 1º da Lei nº 6.567, de 1978.

Os beneficiários diretos são o garimpo e a indústria de construção civil, que usa os minerais citados na lei de 1978 (com inclusões feitas pelo governo Bolsonaro em 2020), como argilas, cascalhos, brita, calcário, cálcio e rochas ornamentais. **São dois setores envolvidos diretamente no lobby em Brasília**, que financiaram os parlamentares responsáveis pela interlocução junto ao governo e que participaram da **elaboração do texto do Novo Código de Mineração**. O Decreto 10.965 também facilita o aproveitamento e comercialização dos rejeitos de minério e o uso de substâncias encontradas durante o processamento.

Já o **Decreto 10.966** atropelou a tramitação do PL 191 e premiou garimpeiros ao instituir o "Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (Pró-Mape)", com a finalidade de "propor políticas públicas e estimular o desenvolvimento da mineração artesanal e em pequena escala, com vistas ao desenvolvimento sustentável regional e nacional".

O que o decreto chama oficialmente de "pequena escala" é o garimpo, como fica explícito no artigo 4º. A atividade de garimpo, porém, é realizada hoje de forma massivamente industrial, com máquinas pesadas, estrutura e logística multimilionária, além de rotineiramente ligada a uma série de crimes.

Embora bastante vago e genérico, utilizando termos como "abordagem multidisciplinar", "integração" e "visão sistêmica", o decreto abriu brechas para a ampliação do garimpo na Amazônia. O Pró-Mape criou a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (Comape), que deve "orientar e coordenar ações" e atividades do programa, com coordenação do Ministério de Minas e Energia e composta pelos Ministérios da Casa Civil, Cidadania, Justiça, Meio Ambiente e Saúde. Este órgão fará reuniões semestrais. As decisões, portanto, ficaram integralmente nas mãos do governo, sem contraponto de movimentos sociais, cientistas e ONGs.



NO FIO DA DINAMITE:

O Decreto 10.966 foi o único relacionado à política mineral a entrar na lista de revogações elaborada pelo GT de transição do governo Lula.



Crédito: Mídia Ninja

2022

MARÇO

BOLSONARO USA GUERRA NA UCRÂNIA E ALTA DE FERTILIZANTES PARA AVANÇAR PL 191

Uma das estratégias usadas pelo presidente Jair Bolsonaro para forçar a aprovação do **Projeto de Lei 191/2020**, que libera mineração, agronegócio e obras de infraestrutura dentro de terras indígenas, foi apelar para a guerra na Ucrânia como chantagem. A **invasão russa na Ucrânia fez o valor do potássio triplicar e atingir recorde histórico**. O preço do potássio chegou a US\$ 1,1 mil, mais do que o triplo do valor registrado em março de 2021, quando era cotado a US\$ 300 por tonelada.

Segundo declarações de Bolsonaro, a guerra seria uma **"oportunidade" para legalizar a exploração em terras indígenas**, usando como argumento a dependência externa que o Brasil tem de fertilizantes, importados em grande parte da Rússia e da Bielorrússia, países envolvidos no conflito.

Dois **estudos recentes** do próprio governo brasileiro mostraram que as afirmações de Bolsonaro não se sustentam tecnicamente. Tanto a avaliação sobre o potencial de potássio em bacias do Amazonas e do Pará, publicada pelo Serviço Geológico do Brasil em 2020, quanto um estudo da **Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos**, sobre fertilizantes de 2020/2021, não citam reservas em terras indígenas como suposto impeditivo para o desenvolvimento da indústria de fertilizantes no Brasil. Os principais problemas apontados são outros e atingem eixos da política econômica do governo: concentração do setor na mão de poucas empresas, falta de investimento em novas tecnologias, alto índice de desperdício, deficiências de logística e a indexação do preço à variação cambial do dólar americano, que afeta duramente o setor de fertilizantes.

A Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos afirmou que "tal situação dificulta sobremaneira

qualquer programa de incentivo à produção rural de gêneros alimentícios que não sejam commodities para exportação, com preços também indexados ao dólar americano". Ou seja: essa política é nociva especialmente ao agricultor familiar, **responsável por 70% da produção de alimentos** no Brasil.

Ao analisar a participação do gás natural no setor de fertilizantes, o estudo da Secretaria bate em outro ponto central da política econômica do governo Bolsonaro: atrelamento do preço dos combustíveis e do gás às flutuações do mercado internacional.

O Brasil é responsável por cerca de 8% do consumo global de fertilizantes, atrás apenas de China, Índia e EUA. O principal nutriente aplicado no país é o potássio, com 38%, seguido por cálcio, com 33%, e nitrogênio, com 29%. A maior cultura agrícola brasileira é a soja, que demanda mais de 40% dos fertilizantes aplicados.

O **estudo apresentado no início de 2021** pelo Serviço Geológico do Brasil lista as principais descobertas das bacias analisadas no Amazonas e no Pará e amplia o conhecimento, por exemplo, sobre a bacia de Autazes, no Amazonas, conhecida desde 2010. O estudo "identificou na Bacia do Amazonas novas ocorrências e ampliou em 70% a potencialidade sobre depósitos de sais de potássio, ou silvinita, como é denominado o mineral cloreto de potássio, do qual se extrai o potássio", sem citar em nenhum momento ocorrência em terras indígenas.

Apenas no Amazonas e no Pará, destacam-se depósitos em Nova Olinda do Norte, Autazes e Itacoatiara, com reservas em torno de 3,2 bilhões de toneladas de minério, além de ocorrências em Silves, São Sebastião do Uatumã, Itapiranga, Faro, Nhamundá e Juruti.



PUXANDO A CAPIVARA

POTÁSSIO DO BRASIL

Uma **parte muito pequena** das reservas de minerais usados em fertilizantes tem sobreposição em terras indígenas, em contradição aos discursos de Bolsonaro. Mesmo assim, uma consulta prévia – problemática – está sendo feita aos povos originários que habitam a região de Autazes (AM) **após pedido do Ministério Público Federal**. O grupo canadense Forbes & Manhattan, dono da Potássio do Brasil, da Belo Sun e de outros projetos, **tenta explorar as minas de Autazes desde a sua descoberta**, em 2010.

No final de março de 2022, a cúpula da administração Bolsonaro **prometeu** “destravar” o projeto ao presidente da Forbes, Stan Bharti. **Matéria da Reuters** mostrou que a Potássio do Brasil se reuniu com Jair Bolsonaro e a ministra da Agricultura Tereza Cristina e, no encontro, Stan Bharti levou ao presidente da República o projeto de US\$ 2,5 bilhões da mina de Autazes. Bolsonaro reafirmou que o potássio é “estratégico para o Brasil” e que o governo está “empenhado em destravar esses processos”.

O ex-senador Cidinho Santos (PR-MT), ex-suplente de Blairo Maggi no Senado e investigado por esquemas de corrupção, participou da reunião. Em **post no Instagram**, Santos disse que a mina “não está situada em área indígena” e que algumas aldeias ficam a “mais de 150 quilômetros de onde será feita a exploração”. De acordo com o Observatório da Mineração, **Blairo Maggi** quer firmar sociedade com Stan Bharti para escoar o potássio produzido em Autazes para os principais estados do agronegócio brasileiro.

Pouco antes da reunião em Brasília, os executivos canadenses demonstravam **enorme confiança** na liberação do projeto em Autazes. A escassez global de fertilizantes causada por guerras na Europa seria o “gancho” para isso, exatamente o mesmo discurso de Bolsonaro. “Nossa expectativa é que a suspensão do licenciamento caia nos próximos meses”, disse Adriano Espeschit, presidente da Potássio do Brasil, que também esteve no encontro.

“Sabemos que tem um interesse grande por parte do governo. Um empreendimento é como se fosse uma guerra contra nós, povos indígenas. O governo tá nos fuzilando. É nada mais do que dinheiro: olham como se a gente não existisse, não se importam com nossas terras, nossas vidas, nossa cultura e com o nosso bem. Vivíamos em um paraíso, mas quando se inicia essa ideia de minerar, nossa paz começa a ir embora e aí começa a guerra”, disse com firmeza o tuxaua Sérgio Freitas do Nascimento, de 40 anos, ao Observatório da Mineração.

Vistos como “empecilhos” pelo mercado de mineração, os povos indígenas vivem sobre a imensa reserva considerada de “classe mundial”, capaz de garantir lucros significativos para o conglomerado canadense. A região de Autazes, a menos de 120 quilômetros da capital Manaus, abrange e impacta ainda o município de Careiro da Várzea,

onde há duas terras demarcadas, Jauary e Paracuuba, e ainda uma terceira já com demanda conhecida e aberta pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) **desde 2003**, a Soares/Urucurituba. Nestas terras vive uma população de ao menos 15 mil Mura ali estabelecidos desde meados do século XVI.

Para justificar os trabalhos de mineração já iniciados em áreas localizadas na TI Soares/Urucurituba antes da Consulta Prévia ao povo Mura, que vive no território, a Potássio do Brasil alega ter uma licença estadual emitida pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM). A licença estadual é uma manobra da mineradora, que usa o fato de que a TI não está demarcada para atuar como se não se tratasse de uma Terra Indígena.

A mina da Potássio Brasil recebeu a licença em 2015, mas logo foi paralisada por ação judicial impetrada pelo MPF e deferida pela 1ª Vara Federal do Amazonas. No processo, há um vasto conjunto de violações empreendidas pela mineradora con-

tra os Mura, como prospectar nas terras demarcadas, sem a Consulta Prévia, Livre e Informada determinada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), além da compra de áreas em território indígena reivindicado.

De acordo com a Justiça Federal, a Potássio do Brasil está proibida de fazer negociações individuais ou praticar qualquer tipo de assédio. O povo Mura elaborou um Protocolo de Consulta distribuído entre as aldeias. Com a pandemia, porém, a pré-consulta sequer foi iniciada, enquanto a empresa seguiu com os trabalhos, compras de terrenos e se beneficiou da ajuda oferecida pelo governo Bolsonaro.





2022

ABRIL

MOVIMENTO INDÍGENA BARRA PL 191 NA CÂMARA

Projeto de lei “da morte”, “do genocídio”, “do extermínio”: o PL 191/2020, que libera mineração e atividades econômicas diversas em terras indígenas, foi chamado por muitos nomes durante o Acampamento Terra Livre (ATL), **mobilização** que reuniu 8 mil indígenas de todo o país em Brasília em abril de 2022. No primeiro dia do ATL, **uma Carta Aberta foi lançada contra o projeto de lei**.

“É um projeto que atropela a Constituição Federal e ataca, mais uma vez, os direitos dos povos originários do Brasil. O PL 191/2020 apresenta evidentes problemas jurídicos e de inconstitucionalidade, desconsidera tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, e afronta o próprio Regimento Interno da Câmara dos Deputados”, disse a carta.

O Acampamento Terra Livre acabou — no dia inicialmente marcado para a votação do PL 191 — com uma vitória: o projeto de lei de Jair Bolsonaro, Bento Albuquerque e Sérgio Moro, encomendado desde o primeiro dia de governo, permaneceu na gaveta da Câmara dos Deputados.

Aliado de Jair Bolsonaro e com campanhas em parte financiadas por empresas ligadas ao garimpo na Amazônia, Arthur Lira, presidente da Câmara, havia passado por cima do regime da casa criando um “grupo de trabalho” para analisar o PL 191. Na tentativa de votação em abril, isolado, Lira não conseguiu sequer instalar o grupo de trabalho previsto após a aprovação da urgência do PL 191. Pressionados durante dez dias pela maior manifestação indígena do mundo e abandonados por aliados de primeira hora do mercado, governo e Congresso não conseguiram aprovar o PL.

“A gente tá lutando contra esse projeto. Espero que os parlamentares entendam isso. Não é só floresta, terra, rio. Nosso costume, nossa cultura e nosso futuro acabam”, disse Megaron Txucarãmãe, histórica liderança Kayapó. Para Megaron, Bolsonaro e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) querem empurrar o PL à força. “Tem outro jeito de trabalhar e ter renda, não é só garimpo e madeira”, pontuou Megaron.

Sob Bolsonaro, a Funai se converteu em peça de propaganda do garimpo e do agronegócio, perseguindo lideranças críticas ao governo e fazendo reuniões fora da agenda para tentar convencer povos de que o PL 191 seria “bom” para os indígenas.

Para Beto Marubo, liderança do Vale do Javari (AM), se o PL 191 for aprovado, os povos **indígenas isolados, ainda mais vulneráveis aos invasores, “serão extintos”**. “O presidente declarou guerra aos povos indígenas. Nosso direito é anterior à invasão dos portugueses e a formação do estado brasileiro”, destacou Dinamam Tuxá, coordenador executivo da Apib.

O PL 191 também foi **condenado por relatores da ONU e eurodeputados em outra plenária**.

Em intervenção histórica, **uma marcha indígena levou “um dia de garimpo ilegal” para a Esplanada dos Ministérios** e para as portas do Ministério de Minas e Energia. “Repudiamos o governo Bolsonaro genocida. O povo Munduruku diz ‘não’ ao PL 191 e ‘não’ ao marco temporal. Resistimos com toda a força de poder de nossas ancestralidades”, afirmou Ediene Munduruku.

Em 24 de março de 2022, Raul Jungmann, ex-ministro do governo Temer e presidente eleito do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) no início daquele mês, **se reuniu com Arthur Lira**. Oficialmente, o discurso do representante das maiores mineradoras do mercado foi "se colocar à disposição dos parlamentares para abrir espaço ao setor se manifestar e apresentar informações técnicas que possam contribuir para o debate no Legislativo". **O Ibram conseguiu emplacar na mídia a narrativa de que seria contra o PL 191**, embora o histórico do instituto, bem como as re-

lações com o governo e o apoio direto dado ao projeto em 2020, indiquem uma realidade bem mais complexa.

No geral, o setor mineral brasileiro registrou alta de **62% no faturamento em 2021** ante 2020, atingindo R\$ 339 bilhões, um incremento exponencial em relação ao primeiro ano de pandemia. Para o mercado, abril de 2022 não era um momento estratégico para se desgastar com o PL 191 e se aliar tão diretamente a Jair Bolsonaro, então já considerado um pária internacional.

EX-DIRETOR DE MINERADORA CANADENSE ASSUME GERÊNCIA DA ANM NO PARÁ

Ex-diretor jurídico das mineradoras Belo Sun (Canadá), Imerys (França) e Mineração Rio do Norte (Brasil), Fábio Guilherme Louzada Martinelli **tomou posse** como gerente regional da Agência Nacional de Mineração no Pará em abril de 2022. Por assumir um **cargo estratégico**, havia temor de que Martinelli pudesse influenciar diretamente decisões relacionadas a operações e projetos das empresas de que já foi funcionário.

A Belo Sun, do grupo canadense Forbes & Manhattan, tenta destravar o que pode ser a maior mina a céu aberto de ouro no país, em Volta Grande do Xingu. A MRN, subsidiária da Vale, é a maior produtora de bauxita do Brasil, elemento usado como matéria-prima para a fabricação de alumínio. A mina da MRN fica em Oriximiná, oeste do Pará, dentro da Floresta Nacional Saracá-Taquera.

O restante das ações da MRN é dividido entre a

South 32 Minerals (empresa australiana que resultou de ativos da BHP Billiton), o grupo Alcoa, a Companhia Brasileira de Alumínio (Grupo Votorantim), a norueguesa Norsk Hydro e a Alcan Alumina. Em dezembro de 2021, um depósito químico da francesa Imerys **explodiu e pegou fogo**, liberando fumaça tóxica em Barcarena, no Pará. Investigações mostraram que **a empresa operava na cidade sem o devido licenciamento ambiental desde 2012**.

Além da atuação na defesa de três grandes multinacionais com histórico problemático no Pará, Martinelli, ao tomar posse, prometeu "não esquecer" o pequeno minerador (garimpeiro), diz a nota da ANM. Sob a análise de Martinelli ficarão, por exemplo, **milhares de pedidos de lavra garimpeira em Itaituba**, centro do garimpo ilegal brasileiro com **intenso conflito com povos indígenas no Tapajós**.

2022

MAIO

MINERADORAS PODEM DEIXAR DE PAGAR MAIS DE US\$ 1 BILHÃO POR ANO EM IMPOSTOS NA EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO

Estudo inédito do Instituto Justiça Fiscal (IJF), coordenado pelo Observatório da Mineração e Justiça Nos Trilhos, revela que as mineradoras que atuam no Brasil podem deixar de pagar, em média, US\$ 1,260 bilhão por ano em função da possível evasão fiscal envolvida na cadeia da exportação do minério de ferro. **Na co-taço** de maio de 2022, isso representava cerca de R\$ 6 bilhões por ano em impostos que deixariam de ser recolhidos. Os dados do IJF cobrem o período de 2017 a 2020 e revelam uma saída de capitais associada ao subfaturamento de exportações de ferro de US\$ 19,3 bilhões, o que corresponde a uma média anual de US\$ 4,8 bilhões. O minério de ferro é o segundo produto mais exportado pelo Brasil, atrás somente da soja.

"Caso esse subfaturamento não seja adequadamente ajustado nas declarações tributárias feitas pelas empresas, isso representa uma evasão estimada de tributos da ordem de US\$ 5 bilhões no período 2017-2020, correspondente a US\$ 1,260 bilhão por ano", dizem os pesquisadores Gui-

lherme Morlin e Isabela Callegari. As mineradoras, além de serem protegidas por sigilo fiscal e pela falta de transparência generalizada, ainda contam com uma série de isenções e benefícios cruzados. É o caso da Lei Kandir, de 1996, que isenta produtos primários do recolhimento de ICMS quando exportados. As exportações também são isentas de PIS/Pasep e as importações de bens de capital empregados na mineração costumam ser beneficiadas por reduções de alíquotas do Imposto de Importação. A distribuição de lucros e dividendos aos acionistas é isenta de imposto de renda desde 1995.

Somente a Vale distribuiu mais de R\$ 73 bilhões aos acionistas em 2021. Para empresas que atuam na Amazônia Legal, caso da Vale, existem ainda outras isenções, como renúncia fiscal de 75% do IRPJ para grandes empresas na região, redução de 25% do frete para importação de máquinas e insumos e outros 7,5% podem deixar de ser pagos se forem utilizados para a compra de máquinas e equipamentos.

NO FIO DA DINAMITE:

Em 2021, o Brasil exportou 358 milhões de toneladas de minério de ferro, 5% a mais que o mesmo período de 2020, segundo o **Ibram**. Já o faturamento foi de R\$ 250 bilhões, alta de 80% em relação a 2020. O minério de ferro responde sozinho por 74% do faturamento do setor mineral brasileiro e o país é o segundo maior exportador de minério de ferro do mundo, atrás da Austrália.

ADOLFO SACHSIDA ASSUME O MME: Formado em direito, com mestrado e doutorado em economia pela Universidade de Brasília (UnB) e servidor do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), Adolfo Sachsida, que até então era braço direito de Paulo Guedes no Ministério da Economia, assumiu o comando do Ministério de Minas e Energia **em maio de 2022** em plena escalada dos preços dos combustíveis. Nos poucos meses à frente da pasta, Sashida teve por objetivo concretizar a **privatização da Eletrobras** e dar continuidade à pauta pró-mercado para a mineração.



PUXANDO A CAPIVARA

BOLSONARO RECEBE ELON MUSK COM AGENDA MINERAL DE PANO DE FUNDO

Com **interesses econômicos escusos e negócios suspeitos**, Elon Musk, o “homem mais rico do mundo”, foi **convidado e recebido** com pompa e circunstância em encontro com o presidente e o alto escalão do governo Bolsonaro, além do ministro do STF, Dias Toffoli, e executivos brasileiros, no dia 20 de maio de 2022.

Musk recebeu uma “Medalha de Honra” do governo Bolsonaro e foi chamado de “mito da liberdade”. O ministro das Comunicações, Fábio Faria, foi o mestre de cerimônias e não escondeu a sua admiração digna de fã ao multibilionário americano. Sem assinar qualquer acordo formal e sem entrar em detalhes, Bolsonaro e Musk anunciaram um suposto trato para que Musk “monitore a

Amazônia”, o que já é feito com reconhecimento mundial pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão sucateado, atacado, e com orçamento reduzido à metade do disponibilizado em 2013.

Além de acordos com a Vale para o fornecimento de níquel, de supostamente monitorar a Amazônia e entregar acesso à internet em escolas rurais – programa que o Ministério da Educação já tem – **Musk pretende abrir uma fábrica da Tesla na Zona Franca de Manaus**. Os negócios de todo o setor de veículos elétricos dependem de quantidade massiva de “minerais críticos” que colocam a Amazônia e suas terras indígenas no alvo.





2022

JULHO

BOLSONARO ABRE O MERCADO DE LÍTIOS BRASILEIRO

O presidente Jair Bolsonaro e o novo ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, publicaram um curto decreto que basicamente **"liberou geral"** para a exploração de lítio no Brasil. O **Decreto 11.120** revoga decretos anteriores, de 1997 e dezembro de 2020, autorizando que empresas multinacionais gozem de liberdade total para explorar e comercializar o lítio e todos os derivados da substância.

"As operações de exportação e importação não são sujeitas a critérios, restrições, limites ou condicionantes de qualquer natureza, exceto aqueles previstos em lei ou em atos editados pela Câmara de Comércio Exterior (Camex)", afirma o texto.

A canetada súbita também retira a necessidade de aprovação prévia da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) para o comércio exterior de lítio. Considerado um mineral crítico e essencial para a indústria de carros elétricos, o lítio passa a ocupar destaque substancial na "transição energética".

O decreto mexe com a geopolítica na América Latina, de onde vem a maior parte do lítio mundial, altera a soberania nacional sobre o lítio e favorece diretamente empresas **multinacionais como a mineradora canadense Sigma Lithium, que tem um grande projeto de lítio no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.** A canetada de Bolsonaro e Sachsida também foi um aceno a

empresas como a Tesla, de Elon Musk, uma das maiores do segmento de carros elétricos.

A Sigma pretende **começar a operar em Minas Gerais no fim de 2022** e ampliou a capacidade de produção para 270 mil toneladas de lítio por ano, o que a coloca como a quarta maior produtora mundial. Fabricantes que irão usar o concentrado de lítio da Sigma, como a LG Energy Solution, fornecem baterias para várias montadoras globais, incluindo a Tesla de Elon Musk. De acordo com o MME, o decreto "representa um passo fundamental para ampliar o olhar da indústria automotiva e atrair investimentos para a produção de veículos elétricos no Brasil". O MME destaca que "o lítio é um mineral estratégico para o país, essencial à transição energética para energias limpas e para atração de investimentos na cadeia industrial para produção de veículos elétricos".

Até a edição do decreto, a exploração e comercialização de lítio no Brasil era voltada para abastecer o mercado interno, via **Companhia Brasileira de Lítio (CBL)**, que supre especialmente o setor médico-hospitalar e a indústria química. A CBL, 100% brasileira, opera uma mina e uma planta química em Araçuaí e Divisa Alegre, em Minas Gerais. Acumulou, durante 30 anos, enorme conhecimento técnico-científico. Araçuaí é uma das cidades em que **a Sigma também irá atuar.**

 **NO FIO DA DINAMITE:**

De acordo com a S&P Global, a demanda de lítio deverá atingir 2 milhões de toneladas até 2030.

FISCALIZAÇÃO DE BARRAGENS CAIU MAIS DE 90% DESDE BRUMADINHO

O **Relatório de Segurança de Barragens 2021** divulgado em julho mostrou que a fiscalização realizada em campo de barragens no Brasil **caiu mais de 90%** desde o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), em janeiro de 2019. Em 2021, os fiscalizadores reportaram um total de 180 barragens averiguadas in loco, número inferior a 2020, que já era muito menor ao observado na série histórica. Das 180 barragens vistoriadas em campo, apenas 17 foram inspecionadas pela esfera federal e 163 pela estadual. O pico foi atingido em 2019, após Brumadinho, quando 1.287 barragens passaram por vistorias de órgãos estaduais e 881 de órgãos federais.

Passada a comoção, porém, esse número caiu de forma drástica e a população segue basicamente refém dos dados informados pelas empresas, responsáveis pela "autofiscalização". Para cumprir a Política Nacional de Segurança de Barragens e em respeito à Lei 12.334/2010, os órgãos responsáveis podem fazer a vistoria in loco ou à distância. Orçamento baixo e ainda dificuldades de locomoção impostas pela pandemia são alegados como possíveis motivos para a queda brusca. O fato é que o número de barragens vistoriadas in loco pelo poder público é muito menor do que a quantidade de barragens existentes, mesmo com o recorte apenas da mineração.



NO FIO DA DINAMITE:

As leis e normas em todas as esferas criadas especialmente após o desastre de Mariana, em 2015, tiveram pouquíssimo efeito prático.

2022

AGOSTO

CONTROLADORIA DA UNIÃO APONTA: ANM PERMITE GARIMPOS SEM CHECAGEM MÍNIMA

Relatório de auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) **aponta que** as autorizações para garimpos são dadas mesmo com documentos incompletos, sem verificação, transparência, padronização e que as superintendências regionais da ANM apresentam erros sistêmicos.

A consequência é a facilidade para que garimpeiros adquiram permissões de lavra garimpeira

(PLGs) sem a devida checagem de licenças ambientais e da área total concedida, que pode ser superior a 10 mil hectares. Conflitos de interesse entre gerentes e funcionários de alto escalão da agência também foram identificados em pelo menos três casos. Ao mesmo tempo em que atuam pela ANM, essas pessoas têm negócios com empresas privadas de mineração.

“Foram observadas falhas e inconsistências em pareceres emitidos pelas gerências regionais, omissão da ANM nas análises quanto à conformidade das licenças ambientais com os dados aprovados pela própria Agência e a urgência de correções em procedimentos internos e em atividades rotineiras de análise”, diz o relatório.

De julho de 2020 a junho de 2021, a CGU identificou 181 decisões pela outorga de PLG na ANM e selecionou 30 processos de forma aleatória para análise. A Controladoria avaliou a qualidade do processo decisório da ANM para verificar se a decisão estava fundamentada e se os processos continham os documentos e anexos exigidos pela legislação minerária. As decisões de outorgar, aditar o título para inclusão de nova substância mineral e retificar o título de PLG foram delegadas pela Diretoria Colegiada à Superintendência de Produção Mineral (SPM), destaca a CGU. A SPM, por sua vez, subdelegou às gerências regionais as decisões sobre os requerimentos de PLG. Essas permissões, portanto, ficam nas mãos dos gerentes locais, sujeitos a todo tipo de influência.

Entre os problemas identificados, constam a falta da avaliação prévia da área requerida para garimpo, exigência primária para a outorga e que permite identificar irregularidades na origem. “Essa falta de transparência compromete a regularidade da outorga do título, além de comprometer o histórico e a rastreabilidade das decisões tomadas acerca da área”, diz a CGU.

Tais brechas são usadas para fraudar a origem do garimpo, muitas vezes ilegal em terras indígenas e unidades de conservação. “Foram identificados casos de documentos utilizados como ‘pareceres’ em que foi feita simples conferência da documentação, sem ao menos haver um relato do objeto analisado”, afirma o relatório da Controladoria.

Nas listas de pareceres emitidos pelas gerências regionais, com frequência, faltam exigência e análise de Projeto de Solução Técnica; conformidade com os limites máximos de área e situação em terras indígenas.

"A ausência da conferência de existência e conformidades desses itens exemplificativos traz riscos relacionados à outorga irregular de PLG, que podem ocasionar danos socioambientais e demandas judiciais", diz a CGU.

Outro problema crônico identificado pela auditoria da CGU é a omissão da ANM sobre a existência de mais de um processo de PLG ativo para o mesmo requerente ou titular. Assim, a especulação de áreas minerais não é coibida.

O artigo 44 da Portaria DNPM nº 155/2016 estabelece limites máximos para as áreas pleiteadas: 50 hectares para pessoa física ou firma individual; 10 mil hectares na Amazônia Legal e 1.000 hectares para as demais regiões para cooperativa de garimpeiros.

Para a CGU, a atuação ineficiente da ANM gerou situações adversas como "o aumento demasiado de requerimentos de PLG concentrados em uma única pessoa ou cooperativa acarretando na prá-

tica sistemática de reserva de mercado que configura manifesto abuso do direito de prioridade e a exploração empresarial da garimpagem".

A tática de criar cooperativas de garimpo – muitas vezes de fachada – se disseminou na Amazônia. O número de pedidos para exploração de ouro por cooperativas de garimpeiros cresceu 83% desde 2019. Em três anos, elas solicitaram mais área do que nas últimas três décadas, **mostrou o InfoAmazônia**. Casos como o **da cooperativa do Vale do Guaporé**, no Mato Grosso, são escandalosos.

A outorga do título de PLG pela ANM, condicionada à apresentação de licença ambiental, também é extremamente problemática. "O risco de apresentação de licenças ambientais incorretas ou irregulares é alto em razão de serem emitidas por diversas Secretarias de Meio Ambiente (estaduais e municipais, cada uma com regulamentações e nomenclaturas específicas) e pelo fato de ser comum não se exigir dos interessados a apresentação do documento 'Declaração de Aptidão', emitido pela ANM. O efeito da ausência dessa análise de conformidade é a possibilidade de garimpo ilegal com graves danos socioambientais", diz a CGU.



2022

SETEMBRO

GARIMPO EM TERRAS INDÍGENAS CRESCER 632% EM UMA DÉCADA

Dados atualizados divulgados pelo **Mapbiomas** mostram que o garimpo ilegal em terras indígenas aumentou impressionantes 632% de 2010 a 2021. No período do governo de Jair Bolsonaro, a situação se agravou drasticamente. Em 2021 o garimpo registrou a maior expansão em 36 anos, **devorando 15 mil hectares num único ano**. Entre 2017 e 2021, novas áreas de garimpo

atingiram 59 mil hectares, superando todo o espaço tomado pela atividade garimpeira até o fim da década de 80. As três Terras Indígenas mais afetadas foram a TI Kayapó, com 11.542 hectares invadidos, TI Munduruku, com 4.743 hectares, ambas no Pará, e a TI Yanomami, com 1.556 hectares garimpados, em Roraima.



Crédito: Reprodução/YouTube

2022

OUTUBRO

ÀS VÉSPERAS DA ELEIÇÃO, FIEMG ENTREGA PROPOSTAS PRÓ-MINERAÇÃO A BOLSONARO

Em **evento** realizado em Belo Horizonte no dia 6 de outubro, semanas antes do segundo turno das eleições, o presidente da FIEMG (Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais), Flávio Roscoe, entregou a Jair Bolsonaro um longo pacote de medidas com a visão da indústria mineira para o Brasil para os quatro anos seguintes. O evento **se transformou em palanque de Jair Bolsonaro**, recebido aos gritos de "mito!" por empresários.

No "macrotema" meio ambiente, a FIEMG pediu a aprovação da Lei Geral do Licenciamento Ambiental na versão relatada pelo deputado Neri Geller (PP-MT) "para garantir tratamento igualitário e para dar segurança à sociedade". A FIEMG defende alteração em um artigo da lei para que seja imediatamente aplicável às atividades minerárias, sem aceitar a previsão de uma futura lei específica para o setor. Sem essa alteração, diz a indústria mineira, o texto da Lei "gera uma injustificável quebra de isonomia de condições entre os setores econômicos e coloca a mineração de grande porte em um limbo normativo e legal que prejudica novos investimentos e a continuidade e a ampliação de importantes projetos em andamento".

Nota técnica do Instituto Socioambiental (ISA) de 2021 analisou os impactos da lei na versão atual para projetos de mineração. "A grande maioria dos empreendimentos minerários será objeto dos retrocessos contidos no PL 3.729/2004, por não se enquadrar no critério de grande porte. No estado de Minas Gerais, apenas 14,4% dos empreendimentos minerários atualmente em processo de licenciamento ambiental são classificados como potencialmen-

te causadores de significativa degradação do meio ambiente", diz a nota, que conclui: "se hoje no estado de Minas Gerais não há a aplicação da Licença por Adesão e Compromisso – de natureza autodeclaratória e emitida automaticamente sem estudos de impacto e a avaliação prévia do órgão ambiental –, a aprovação do PL 3.729/2004 resultará na aplicação dessa modalidade como regra geral, em 85,6% dos processos de licenciamento ambiental de atividades minerárias e suas barragens de rejeitos no estado, fato que ampliará sobremaneira os riscos de proliferação de novos desastres socioambientais, como as tragédias ocorridas em Mariana/MG e Brumadinho/MG".

O documento da FIEMG reclama da "demora na análise" do licenciamento, o que "impacta negativamente o desenvolvimento do país" e pede a "revogação expressa" de resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente que trata do estudo de impacto ambiental e a extinção da cobrança por compensação em intervenção em Área de Preservação Permanente (APP).

A FIEMG aproveitou o encontro com Bolsonaro para advogar pela não aprovação do PL 2.788 de 2019, que institui **a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB)**, que atualmente está sob relatoria do senador Paulo Rocha (PT-PA). A proposta é uma das respostas ao desastre de Brumadinho, que matou 270 pessoas. Para a federação mineira, no entanto, se o PL 2.788 for aprovado, "trará incontáveis prejuízos ao setor produtivo, uma vez que cria novas exigências ao licenciamento ambiental de empreendimentos".

A nova lei, defende a indústria, "é negativa ao impor procedimento de negociação com os atingidos de forma preferencialmente coletiva e a contratação de assessoria técnica independente". Esta é uma das questões mais sensíveis e que segue em disputa no **caso do desastre de Mariana**. Vale e BHP fizeram de tudo para não contratar assessorias técnicas independentes e a justiça atrasou ao máximo essa contratação.

A FIEMG também não quer que a população te-

nha o direito de vetar projetos minerários. "O texto proposto (no PL 2.788) também possibilita que a população afetada vete a atividade minerária, condicionando a exploração mineral à realização de consulta prévia, livre e informada aos desalojados ou desabrigados. Ressalta-se que esta determinação vai contra o disposto na Constituição Federal, tendo em vista que a atividade minerária é de interesse nacional", diz a peculiar interpretação constitucional da FIEMG.



NO FIO DA DINAMITE:

A Mata Atlântica, bioma mais degradado do Brasil, foi alvo de quatro pedidos da FIEMG. A indústria mineira defende a alteração de um decreto federal que protege a Mata Atlântica e, em dois itens, o fim da necessidade de anuência do Ibama para supressão de Mata Atlântica por empreendimentos minerários. A FIEMG também pede que o Mapa de Biomas do IBGE, de 2019, seja revisto nas áreas em MG alteradas de Cerrado para Mata Atlântica, o que traria "insegurança jurídica".

DONOS DE MINERADORA DENUNCIADOS POR HOMICÍDIO DOARAM R\$ 750 MIL PARA REELEGER BOLSONARO

Os donos da Herculano Mineração, réus por homicídio qualificado pelo crime do rompimento da barragem de rejeitos em Itabirito (MG) em 2014, doaram, em conjunto, R\$ 750 mil para a **campanha de reeleição de Jair Bolsonaro**. Gláucio Herculano Antunes, Jairo Herculano Antunes e Mardoquel Herculano Antunes respondem pelas mortes de três funcionários. As doações podem ser confirmadas entre os valores recebidos por Bolsonaro no TSE; a denúncia foi feita inicialmente pelo Movimento Pelas Águas de Minas Gerais.

Em agosto, decisão resolveu que os diretores **irão a Tribunal do Júri** pelos crimes de homicídio qualificado de três vítimas, além de diversos

delitos ambientais. Conforme a denúncia do Ministério Público de Minas Gerais, no dia 10 de setembro de 2014, entre 7h30 e 8h00, no complexo minerário Mina Retiro do Sapecado, na zona rural de Itabirito, ocorreu o rompimento da barragem, causando o escorregamento de 300 mil metros cúbicos de rejeitos, atingindo as vítimas que trabalhavam no local. De acordo com o MPMG, os denunciados foram responsáveis pelas mortes pois sabiam das condições precárias da barragem e não agiram para evitar a tragédia. Caso condenados pelo júri popular, os acusados poderão pegar penas superiores a 60 anos de prisão.

2022

NOVEMBRO

CÂMARA APROVA MP DE BOLSONARO PARA MINÉRIOS NUCLEARES

No dia 30 de novembro de 2022, a Câmara dos Deputados aprovou a **Medida Provisória (MP) 1.133**, do governo Jair Bolsonaro, que autoriza a participação de empresas privadas na lavra e pesquisa de minérios nucleares, como o urânio.

Teoricamente, o texto aprovado mantém o “monopólio” da estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB), como prevê a Constituição. Na prática, porém, poderão ocorrer parcerias público-privadas na pesquisa e lavra de minérios nucleares, e na execução de outras atividades como tratamento dos minérios nucleares, desenvolvimento de tecnologias para o aproveitamento desses minérios, enriquecimento, produção e comércio de materiais nucleares.

Pelo texto, as empresas poderão ser remuneradas em dinheiro, por meio de percentual do valor arrecadado na comercialização do produto da lavra, cessão do direito de comercialização do minério associado ou do direito de compra do produto da lavra com exportação previamente autorizada.

Em 26 de outubro, durante assembleia geral da

Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), havia sido aprovada a **reestruturação societária** da Indústrias Nucleares do Brasil (INB), tornando a empresa uma “estatal não dependente da União”. O objetivo era justamente atrair investidores e parceiros privados.

“A alteração acionária trará maior autonomia orçamentária e financeira e mais eficiência na gestão do caixa da empresa. A INB terá maior flexibilidade para estabelecer parcerias com a iniciativa privada, pois a nova legislação permite que sejam feitos outros modelos de associação entre a empresa e parceiros privados para exploração de jazidas minerais que possuam minérios nucleares. A iniciativa deverá atrair novos investidores e desonerar o contribuinte, gerando emprego e renda para a população”, diz nota da empresa.

Em novembro de 2020, a INB também já havia **formado um consórcio com a empresa privada de fertilizantes Galvani** para o projeto de fosfato-urânio em Santa Quitéria, no Ceará.



2022

DEZEMBRO

DEPUTADOS CHEGAM A CONSENSO SOBRE NOVO CÓDIGO DE MINERAÇÃO

Emperrado na Câmara dos Deputados havia um ano, durante o qual os membros do Grupo de Trabalho da época não chegaram a um consenso, o texto do anteprojeto Código de Mineração foi aprovado e encaminhado para se tornar um projeto de lei na **primeira semana de dezembro de 2022**, último mês do governo Bolsonaro.

Liderados pelo relator Joaquim Passarinho (PL-PA), notório lobista a favor do garimpo e da mineração, e atendendo aos desejos de Arthur Lira, parlamentares apararam as arestas para atender a todas as áreas da mineração. O resultado é uma verdadeira **"proposta bomba"** que deve ampliar significativamente os impactos socioambientais da mineração no Brasil.

As mudanças facilitam a captação de recursos no mercado financeiro, flexibilizam regras, fragilizam a fiscalização, dispensam o licenciamento em alguns casos e contribuem para aumentar o ritmo da exploração e pesquisa mineral no país. Lobistas do garimpo e da indústria **dominaram a pauta do Grupo de Trabalho**. Dos 15 membros do grupo responsável pela proposta aprovada, apenas 2 deputados – Airton Faleiro (PT-PA) e Odair Cunha (PT-MG) – não são ligados à base bolsonarista.

A reforma no Código foi uma encomenda direta do setor mineral a Arthur Lira e Jair Bolsonaro, como detalhado anteriormente neste relatório. A pressa em aprovar o texto, mesmo nessa época do ano e com uma sessão esvaziada, foi evidente. A consolidação do texto abriu caminho para a votação da reforma do Código de Mineração, que é de 1967.

A lista de entidades ouvidas pelo GT de deputados que elaborou a proposta inclui notórios

lobistas do garimpo e da mineração, inclusive a Associação Nacional do Ouro (Anoro). Como o ouro de garimpo é um ativo financeiro que **deveria ser** regulado pelo Banco Central, a Anoro deixa claro que há comunhão de interesses entre mineração e mercado financeiro. "Tratar de forma isolada os dois setores não referenda pontos de interesse comuns aos dois mercados", afirmaram representantes da Anoro aos parlamentares do GT em reunião de 10 de novembro.

Já o Ibram, que representa 85% da mineração brasileira, reforçou ao GT a "necessidade de fomento à pesquisa mineral", afirmou que "a mineração está longe do mercado financeiro", que a reforma do código precisa atrair investimentos e o uso do título mineral como garantia em financiamentos. Como resultado, foi incluída no anteprojeto do novo Código de Mineração a permissão para a comercialização e o uso do título de direito minerário em operações financeiras.

O Ibram também defendeu que ser a "prioridade" é um "fundamento há quase 100 anos na mineração" e que, nisso, "não se pode mexer". Por "prioridade" entenda-se a prevalência do "critério locacional" – onde a jazida está – sobre outros direitos, como o desenvolvimento urbano e os direitos socioambientais, de comunidades tradicionais, indígenas e ainda a criação de unidades de conservação.

Foi a mesma defesa feita por Sandro Mabel, presidente do Conselho de Mineração da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A CNI tem assumido papel cada vez mais forte no lobby mineral e emitiu nota defendendo as mudanças no Código de Mineração desde a primeira versão, que, em essência, foi mantida para o texto aprovado em novembro de 2022.

A Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), que diz representar 60 mil garimpeiros, ouvida pelo GT, defendeu a "aprovação tácita" de autorizações de lavra garimpeira decorrido o prazo estabelecido em caso de ausência de resposta. Diversos outros representantes de garimpeiros, como o vereador de Itaituba e agora deputado estadual eleito pelo Pará, Wescley Tomaz, figura recorrente em Brasília, foram ouvidos pelo GT.

Lília Mascarenhas, secretária de Geologia, Mine-

ração e Transformação Mineral do MME, defendeu ante o GT a importância do capital internacional. "Mineração é uma atividade que envolve riscos. Uma mina para cada mil projetos de pesquisa. E também é intensiva em capital e requer longo período de maturação. Precisamos de investidores familiarizados com o risco. O capital internacional procura países com potencial mineral e condição de bons negócios, que são feitos com confiança e estabilidade jurídica. Código de mineração é a base", disse.



NO FIO DA DINAMITE:

O representante do Ibama, em contrapartida, criticou a previsão que está no Novo Código de dispensa de licenciamento para pesquisa mineral. Muitos empreendimentos, lembrou, operam mediante autorização de pesquisa. Ou seja, na prática, essa brecha deve facilitar enormemente a atuação de mineradoras sem o devido licenciamento ambiental e, portanto, o atropelamento de direitos socioambientais.

EM 2021, CONFLITOS COM MINERADORAS E GARIMPOS AFETARAM 762 MIL BRASILEIROS

Relatório anual divulgado pelo Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração mostra que mais de 762 mil pessoas foram atingidas por conflitos envolvendo a mineração no Brasil em 2021. Apesar de registrar redução comparativamente ao número de 2020, **quando mais de um milhão de pessoas foram mapeadas**, o número permanece extremamente significativo e revela a extensão dessas ameaças diretas e indiretas.

Minas Gerais (35%), Pará (12,6%) e Bahia (11%) acumularam o maior volume de conflitos. Indígenas e pequenos proprietários rurais são os mais atin-

gidos pela mineração. Mineradoras internacionais e garimpeiros foram os que mais causaram conflitos e danos, e a Vale é a empresa que mais concentrou ocorrências, resume o Comitê.

Foram contabilizados 644 casos e 840 ocorrências de conflito em 2021, cerca de duas por dia. As extrações ilegais de minérios, em particular os garimpos, provocaram 240 ocorrências em 168 localidades de 19 estados, sobretudo na Amazônia Legal, com destaque para Pará (22,6%), Amazonas (18,5%), Mato Grosso (15,5%) e Rondônia (9,5%).



NO FIO DA DINAMITE:

No período analisado, 54.550 indígenas foram envolvidos em conflitos, sendo em 51,4% das situações com garimpeiros. As TIs Kayapó, Munduruku e Yanomami são as mais afetadas. Já os quilombolas estiveram em 22 conflitos e 26 ocorrências, englobando ao menos 13.603 pessoas.

Foram mapeadas 127 empresas envolvidas em choques, confrontos e agressões em 466 localidades. Assim como em 2020, a Vale é a empresa que mais concentrou conflitos (29,4%), reunindo

a Vale S.A. (131 casos) e sua subsidiária Samarco (34). A Braskem, **responsável pelo maior desastre em área urbana do mundo, em Maceió (AL)**, registrou 48 ocorrências.

Das mineradoras internacionais, as que mais se destacaram pelo número de problemas havidos foram a Bahia Mineração (BAMIN) com capital de Luxemburgo (38 ocorrências), a australiana Tombarador Iron Mineração (26) e a Anglo American (17).

Em relação à nacionalidade das empresas, o Brasil aparece em primeiro lugar, com 356 ocorrências, vindo em seguida Austrália (64), Luxemburgo (57), Canadá (31) e Reino Unido (25).

Episódios de violências extremas somaram 67 registros: foram 27 mortes, 19 casos de assédio, 14 de trabalho escravo, 4 ameaças de morte, 3 casos de violência física e outros 3 de violência sexual.

Os minérios mais presentes nos conflitos foram minério de ferro (36,6% do total) e ouro (26,7%). De 2020 a 2021, o ouro obteve um crescimento de 72,2% nas ocorrências de conflito, indicando o

aumento da pressão sobre os territórios indígenas.

Foram mapeadas 96 reações diretas às violações, concentradas em Minas Gerais (48), Roraima (18) e Alagoas (9). Em Brumadinho houve, em média, mais de um protesto por mês (13). As categorias que mais reagiram com ações de resistência foram: indígenas e pequenos proprietários rurais (21 ocorrências cada grupo) e população urbana (11).

O levantamento sistemático feito pelo Comitê inclui registros de jornais de circulação nacional e regional, portais de notícias, redes sociais, mídia independente e material dos movimentos sociais, somadas às ocorrências tabuladas anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) para os conflitos da mineração no campo e com indígenas, respectivamente.

SOB A GESTÃO BOLSONARO, POLUIÇÃO DE TERMELÉTRICAS A CARVÃO CRESCE 57% EM UM ANO

Estudo publicado pelo Instituto de Energia e Meio Ambiente (Iema) mostra que, em 2021, as emissões de gases de efeito estufa de usinas termelétricas movidas a carvão mineral cresceram 57% em relação a 2020.

O aumento indica um claro retrocesso na matriz energética brasileira, pondo em risco as metas climáticas e os compromissos internacionais assumidos pelo país. A piora é resultado direto da política de Jair Bolsonaro e das administrações do Ministério de Minas e Energia, que acionaram usinas térmicas poluentes e geradoras de energia muito mais cara que de outras fontes, em função da crise hídrica de 2021.

O crescimento das emissões gerais das usinas térmicas é ainda pior: 75% considerando todas as fontes, como carvão, gás, óleo combustível e óleo diesel. Com esse avanço exponencial, a participação de fontes fósseis para geração de eletricidade no Brasil passou de 15%, em 2020, para 20%, em 2021. No caso do carvão mineral usado pelas usinas, há ainda um agravante: a má qualidade do carvão brasileiro, concentrado no Sul do Brasil (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), que o torna ainda mais poluente que a média. As 82 usinas movidas a combustíveis fós-

seis listadas no estudo emitiram 55,6 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO₂e), **aponta o Iema**.

O tempo de operação das usinas termelétricas passou de 30% em 2020 para 50% em 2021. Ligadas por mais tempo, usinas movidas por fontes poluentes emitiram mais gases de efeito estufa e encareceram as contas de luz. Em 2000, apenas 9% da eletricidade era proveniente de fontes fósseis, parcela que atingiu 20% no ano passado, como destacado pelo estudo.

Engie foi a empresa que mais emitiu gases de efeito estufa por eletricidade (GEE) gerada em 2021, com 1.140 tCO₂e/GWh – quase o dobro da média observada no sistema nacional, de 582 tCO₂e/GWh. O estudo do Iema aponta ainda que apenas quatro empresas responderam por 61% das emissões de GEE de geração fóssil do setor elétrico em 2021: Petrobras (26,1%), Eneva (13,9%), Eletrobras (11,8%) e Fram Capital Energy (8,8%). Na sequência, aparecem EDP Energias do Brasil, Électricité de France – EDF, Engie, Global, Vulcan e Neoenergia. Somente essas dez empresas foram responsáveis por 82% das emissões, o que equivale a 45,4 milhões de toneladas de gases de efeito estufa emitidas.

**NO FIO DA DINAMITE:**

A contratação dessas térmicas a um custo superior a R\$ 50 bilhões, embutida na privatização da Eletrobras, pode adicionar outras 20 milhões de toneladas de CO₂e nos próximos anos na conta de poluição produzida pelo Brasil.

MINERADORAS GANHAM PACOTE DE INCENTIVOS FINANCEIROS

Enquanto o candidato derrotado Jair Bolsonaro negava o resultado das eleições, o mercado de mineração continuava se movimentando. Vinte e seis políticas públicas e medidas para melhorar marcos legais brasileiros foram propostas pela **Iniciativa Mercado Minas e Energia (IMME)** em apresentação oficial realizada em 8 de dezem-

bro. Segundo o Ministério de Minas e Energia, as propostas foram amplamente debatidas entre o MME, agências reguladoras e cerca de 250 representantes de associações e empresas dos setores de energia elétrica, mineração, petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Chamadas de "instrumentos normativos necessários para aperfeiçoar a eficiência alocativa e o investimento privado no Brasil, oferecendo melhores serviços, preços e oportunidades aos brasileiros", a IMME destacou as seguintes recomendações para o setor de mineração:

A proposta de Projeto de Lei Ordinária prevê a instituição da Letra de Risco Minerário, da Cédula de Produto Minerário e do Patrimônio de Afetação Minerária e do Fundo Garantidor Solidário. A proposta recomenda ainda a criação de fundos de investimentos voltados para as cadeias de mineração e títulos de direitos minerários como instrumentos de captação de recursos no mercado de capitais.

Incremento da produtividade de pesquisa minerária, a partir de encaminhamento de Projetos de Lei Ordinária para criação da obrigação de investimento mínimo – na fase de prorrogação da pesquisa minerária – e do aumento do valor da taxa anual por hectare, diante do não cumprimento da obrigação de investimento mínimo.

Sugestões de decretos para aperfeiçoamento do regime jurídico de instrumentos de lavra, da exploração mineral em faixa de fronteira e para o compartilhamento de dados geofísicos de aerolevanteamento. As medidas deverão aumentar a eficiência alocativa, transparência, previsibilidade e segurança jurídica e o conhecimento geológico. Com isso, serão atraídos mais investimentos e, conseqüentemente, mais oportunidades, emprego e renda ao país.

Como produtos do IMME já entregues, foram destacadas a **Portaria nº 695/2022/GM/MME**, que estabelece diretrizes para o procedimento de disponibilidade de áreas desoneradas, e a **Portaria Normativa nº 51/2022/GM/MME**, que estabelece diretrizes para a estruturação e a disponibilização ao público de base de dados gerados em levantamento geológico.



**CONCLUSÃO
E
SUGESTÕES**

DINAMITE PURA

A análise da política mineral implementada durante os quatro anos de governo Bolsonaro mostra a combinação explosiva entre o desprezo pelos direitos territoriais e humanos e uma sofisticada estratégia de lobby corporativo.

Por um lado, Jair Bolsonaro, ministros e parlamentares incentivaram abertamente o garimpo ilegal, provocando tragédias humanitárias em várias terras indígenas; por outro, tecnocratas, investidores e grandes empresas transnacionais de mineração articularam reformas infralégais e negociadas em salões com ar condicionado em Brasília e eventos empresariais em hotéis 5 estrelas ao redor do mundo.

As duas faces da doutrina de choque aplicada pelo bolsonarismo na política mineral se materializaram no horror explícito do racismo ambiental

contra indígenas e povos tradicionais e na aliança ultraliberal com o neofascismo à brasileira que veste ternos caros para entregar o patrimônio nacional em reuniões a portas fechadas.

O resultado, conforme abordado nesta publicação, é uma bomba climática e anti-indígena que deverá ser desarmada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva para que se cumpram as promessas de desmatamento zero e redução das emissões de gases de efeito estufa na matriz energética nacional.

GRUPOS DE TRANSIÇÃO REAFIRMAM CENÁRIO DE DESCONTROLE

Formado após a eleição do presidente Lula, o Grupo de Trabalho responsável pela transição governamental na área de Minas e Energia confirmou o cerne do problema descrito neste relatório:

"No setor de minas, foram promulgadas medidas, por meio de portarias e decretos, para desregular o setor e fomentar atividades predatórias, como o Código de Mineração e a Política Pró-Minerais Estratégicos. A reversão desse quadro demanda uma nova organização institucional, concentrada na resolução de questões graves no setor. É necessário incentivar o desenvolvimento do conhecimento geológico e da mineração, tendo claro, porém, o potencial para geração de conflitos na área de mineração, pelos seus impactos ambientais e sobre os valores culturais e modos de vida próprios das populações de regiões onde estão ou devem se instalar grandes empreendimentos", diz o texto do GT.

A equipe de transição na área de Meio Ambiente seguiu a mesma linha: "O governo Bolsonaro promoveu um desmantelamento deliberado e ilegal das políticas públicas, marcos regulatórios, espaços de controle e participação social, e órgãos e instituições públicas ligadas à preservação das florestas, da biodiversidade, do patrimônio genético e da agenda climática e ambiental". "As comunidades e povos tradicionais foram perse-

guidos ou esquecidos, em total desconhecimento acerca de sua importância para a proteção da biodiversidade brasileira e a atração de financiamentos e doações internacionais com foco em sustentabilidade ambiental e social", lembra a equipe.

Como relatou o GT de Povos Indígenas, "a invasão das terras e territórios indígenas se acentuou exponencialmente nesse período, em razão de políticas de incentivo à grilagem e à exploração ilícita e indevida de recursos naturais por garimpeiros, madeireiros, pecuaristas, pescadores, caçadores ilegais e narcotraficantes. Isso produziu um aumento expressivo de conflitos e violências contra os povos indígenas"(...) "Outra consequência dessa política devastadora é a grave situação de calamidade que vem se perpetuando na Terra Indígena Yanomami, onde vivem, em 371 comunidades, mais de 28,1 mil indígenas, incluindo povos indígenas isolados. Configura-se, ali, uma situação de emergência humanitária, com violências sistemáticas, mortes de crianças e mulheres, destruição ambiental e adoecimento. O garimpo ilegal avançou 46% nessa região, em 2021".

Apesar do reconhecimento da escala e gravidade do problema, entre as revisões e revogações sugeridas pela equipe de transição, constou apenas a seguinte relacionada ao garimpo: "C) Reverter a autorização para o garimpo ilegal na Amazônia | Proposta de revogação total do Decreto nº 10.966/2022, que liberou o garimpo ilegal na Amazônia a partir de uma regulamentação indevida do que foi chamado de "garimpo artesanal".

A recomendação foi atendida por Lula no primeiro dia de mandato, em revogação assinada em 1º de janeiro de 2023.

Outro anúncio relevante foi feito ainda em janeiro por Luciana Santos, ministra de Ciência e Tecnologia, que **prometeu anular a privatização da Ceitec**, fábrica estatal de semicondutores que o governo Bolsonaro tentou liquidar para favorecer empresas estrangeiras e aliados, como relatamos.

As subseqüentes nomeações de Sônia Guajajara para o novo Ministério dos Povos Indígenas e de Joenia Wapichana para a renovada Funai, além do retorno de Marina Silva e uma equipe técnica ao Ministério do Meio Ambiente, criam condições para uma guinada nas políticas de uso da terra pelo agronegócio e pela mineração.

ESTADO BRASILEIRO FINALMENTE REAGE AO GENOCÍDIO YANOMAMI

Em 20 de janeiro, após visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da ministra dos Povos Originários, Sônia Guajajara, o Ministério da Saúde (MS) declarou **emergência de saúde pública** em território Yanomami. A região está sendo afetada por desassistência sanitária, malária e desnutrição severa. As imagens de pessoas em grave crise humanitária, bem como a informação de que 570 crianças Yanomami morreram nos últimos quatro anos, chocaram o mundo. Os Ministérios da Saúde e dos Povos Indígenas passaram a coordenar ações emergenciais com envio de mantimentos e transferência de casos graves para hospitais e postos de saúde, além de encaminhar a instalação de hospitais de campanha.

Alguns dias depois, o governo federal **exonerou** ao menos 54 servidores que atuavam em órgãos e instâncias relacionadas à saúde e à assistência aos povos indígenas do país. Entre os dispensados estão 13 militares, o coordenador do distrito sanitário Leste de Roraima – responsável por reforçar a assistência aos Yanomami no estado –, o corregedor Aurisan Souza de Santana e o diretor do Museu do Índio, Giovani Souza Filho. Em **31 de janeiro**, um decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou a Aeronáutica a controlar o espaço aéreo sobre a TI Yanomami/RR enquanto durar a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.

Entre outubro de 2018 e dezembro de 2022, o desmatamento resultante do garimpo ilegal na TI Yanomami aumentou 309%, de acordo com a Hutukara Associação Yanomami.

Em dezembro de 2022, último mês do governo de Jair Bolsonaro, a área devastada era de 5.053,82 hectares, ante 1.236 hectares detectados no início do monitoramento.

O MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA NO INÍCIO DO GOVERNO LULA

O **novo ministro das Minas e Energia**, Alexandre Silveira (PSD/MG), assumiu o cargo afirmando que as áreas de energia elétrica, mineração e combustíveis são "fundamentais e estratégicas para o futuro e desenvolvimento da nação". "No setor elétrico, as maiores batalhas serão: modicidade tarifária e da efetiva universalização ao acesso a uma energia de qualidade, limpa e sustentável, sem esquecer de se criar um ambiente para atração de investimentos e competitividade", disse Silveira em cerimônia realizada no dia 2 de janeiro em Brasília (DF).

O novo ministro anunciou a criação da Secretaria de Transição Energética, dedicada exclusivamente às políticas públicas sobre energia limpa. Alexandre Silveira é formado em Direito e foi senador, deputado federal por dois mandatos e exerceu cargos de secretário estadual de Gestão Metropolitana e secretário estadual de Saúde, em Minas Gerais.

Silveira entrou na cota de ministérios do PSD, comandado por Gilberto Kassab, após ter perdido a eleição por uma vaga ao senado por Minas Gerais. De acordo com o **Observatório da Mineração**, a direção estadual do PSD recebeu R\$ 200 mil de Frederico Carlos Gerdau Johannpeter, sócio da Gerdau, repassado ao então candidato Alexandre Silveira.

Já na campanha para o Senado em 2014, quando foi eleito como suplente de Antonio Anastasia (PSDB-MG), recebeu mais de R\$ 2 milhões de doações de mineradoras. Nas primeiras declarações após ter sido nomeado ministro, ele deu o recado: "Vamos ter de trabalhar muito para poder separar os empresários da mineração daqueles que, de forma ilegal, exploram os garimpos. Vamos precisar, junto com o ministro da Justiça, Flávio Dino, trabalhar para separar o joio do trigo", **disse Silveira**.

Em tempo: O Ibram cumprimentou a eleição de Lula e **afirmou** que "as mineradoras brasileiras se dispõem a colaborar e desejam amplo sucesso ao Sr. Presidente eleito e ao seu governo para o desenvolvimento socioambiental e econômico do Brasil". Diretores do Ibram **também se reuniram com o GT de Transição** de Minas e Energia para "sugerir políticas públicas para a mineração do Brasil".

DESARMANDO A BOMBA

Para desarmar a bomba climática e anti-indígena deixada por Bolsonaro, é preciso ir muito além do combate emergencial ao garimpo em terras indígenas e unidades de conservação. Confrontar o poderoso lobby econômico das empresas de mineração, beneficiadas diretamente pelo bolsonarismo no comando do MME, é inevitável.

A atividade mineral deve operar com respeito à Constituição Federal e ao povo brasileiro, garantindo o direito à consulta prévia e informada de comunidades afetadas pelo setor e o respeito à legislação ambiental, além de cumprir os tratados multilaterais já assinados pelo Brasil, como o Acordo de Paris e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Não haverá desmatamento zero e redução de emissões de gases de efeito estufa com tamanho descontrolado no uso da terra para a mineração.

Este é um debate central para o desenvolvimento nacional e para a justiça climática global; deve, portanto, envolver todos os setores da sociedade. Como contribuição, reunimos a seguir 20 sugestões para este momento de retomada da governança pública e redução dos impactos socioambientais da atividade mineral no país:

FORTALECIMENTO DE ÓRGÃOS DE CONTROLE:

- Realizar novos concursos para ampliação do número de servidores e recomposição de quadros técnicos de órgãos como a Agência Nacional de Mineração e o Ibama, em particular;
- Revisar as nomeações de todos os superintendentes regionais da ANM e exonerar de acordo;
- Estabelecer sistema de fiscalização permanente com Ibama-Funai-PF-MPF-forças estaduais nos principais centros de garimpo ilegal, bem como executar operações de comando e controle para desarticular as redes de financiamento e abastecimento, além de desativar pistas de pouso usadas por aviões de garimpeiros;
- Rever permissões, prazos e autorizações tácitas de lavra garimpeira e direitos minerários concedidos pela Agência Nacional de Mineração nos últimos quatro anos, além de revisar processos de pesquisa mineral com participação do CPRM e de empresas privadas nos estados;
- Aumentar substancialmente o controle sobre a cadeia do ouro, com digitalização dos processos, exigência de certificados e cruzamento de informações;
- Recomendar ao Banco Central diligência aperfeiçoada sobre as DTVMs que comercializam ouro para descadastrar instituições financeiras envolvidas com garimpo ilegal;
- Fim da "fiscalização remota" para garimpos e barragens e ampliação de vistorias presenciais, incluindo monitoramento permanente da segurança das estruturas sem terceirizar para empresas e auditorias.

PROJETOS DE LEI, DECRETOS E MEDIDAS:

- Engavetar definitivamente o PL 191/2020 que autoriza mineração em terras indígenas;
- Suspender tramitação da atual versão do PL 3729/ Licenciamento Ambiental que se encontra no Senado;
- Revisar imediatamente as premissas e o texto do anteprojeto de lei do Novo Código da Mineração antes de votação plenária na Câmara dos Deputados;
- Aprovar projetos de lei que aumentem a segurança e a fiscalização de barragens de rejeitos de mineração, preservem os direitos das populações atingidas e reduzam o prazo para descomissionamento de todas as barragens a montante e estruturas críticas de alto risco já identificadas pela ANM;
- Aumentar alíquotas de **Compensação Financeira por Exploração Mineral - CFEM** pagas por empresas de todos os portes na extração de todos os tipos de metais para fins de compensação devida a cidades e estados que abrigam projetos minerários;
- Revogar todos os decretos do governo Bolsonaro que flexibilizaram regras para o garimpo ilegal, o mercado de lítio e minérios nucleares;
- Revisar todo o programa de minerais considerados "críticos" e "essenciais", incluindo os projetos aprovados com tratamento prioritário.

TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- Articular vias permanentes de discussão da ANM e MME com o MMA e o recém-criado Ministério de Povos Originários, e respectivos órgãos de controle;
- Assegurar a participação de movimentos socioambientais, academia e especialistas nos debates e desenvolvimento de programas e políticas na área de minas e energia;
- Priorizar a transparência das respostas oficiais, via Lei de Acesso à Informação e no trato com a imprensa e a sociedade civil organizada por parte da ANM, MME e órgãos relacionados;
- Coibir ações de lobby e relacionamentos que representam conflitos de interesses entre agentes públicos do MME, ANM e outros órgãos federais e executivos de mineradoras e entes do mercado minerário em instâncias oficiais, eventos, comitivas e demais tratativas;
- Adotar melhores práticas de transparência, com detalhamento de participantes e disponibilização de atas de reuniões e comitivas envolvendo agentes públicos da ANM e MME;
- Aumentar o período de "quarentena" para no mínimo um ano entre a saída de agentes públicos de órgãos de governo e a entrada em empresas privadas de mineração, a fim de minimizar a chamada "porta giratória".



**CRÉDITOS
E
AGRADECIMIENTOS**

Brasília, DF e São Paulo, SP, março de 2023

Dedicamos este relatório a todas as pessoas afetadas e atingidas por projetos de mineração, barragens e garimpo ilegal no Brasil, em solidariedade com os movimentos socioambientais que lutam por direitos territoriais e justiça climática. Sem memória não há reparação

Criação e realização: Observatório da Mineração e Sinal de Fumaça

Pesquisa e redação: Maurício Angelo

Edição: Rebeca Lerer e Pedro Ribeiro Nogueira

Revisão gramatical: Cecília Zioni

Versão em inglês: Gabriel Siqueira

Produção gráfica: Julia Alves

Projeto Gráfico: Rafaela Barros

Coordenação gráfica: Gabriel Pasin

Coordenação geral: Rebeca Lerer

Produção: Agência Lema

Sobre o Observatório da Mineração: O **Observatório da Mineração** é um centro de jornalismo investigativo, análise crítica, pesquisa e mentoria focado no setor extrativo criado em 2015 pelo jornalista Maurício Angelo. Especializado em cobrir a atuação de empresas multinacionais, os impactos socioambientais da mineração e do garimpo, o lobby, a influência política e a participação da mineração na crise climática e na transição energética. Referência mundial sobre mineração. Redes sociais: **Twitter**, **Youtube**, **Instagram**, **Facebook** e **LinkedIn**

Sobre o Sinal de Fumaça: Lançado em outubro de 2020, o **Sinal de Fumaça** é uma plataforma bilíngue independente atualizada semanalmente que sistematiza os principais fatos, notícias e discursos relacionados à crise socioambiental brasileira. Produzida por um grupo de comunicadores e ativistas com apoio da agência Lema, a plataforma permite a busca e a "customização" de linhas do tempo temáticas, por período ou ator-chave. O site também permite que pesquisadores, jornalistas, ativistas, estudantes e outros usuários façam download e arquivem conteúdos selecionados. Além de servir como monitor, o Sinal de Fumaça opera como espaço de preservação de memória e combate à desinformação sobre a agenda socioambiental brasileira. Redes sociais: **Twitter** e **Instagram**

AGÊNCIA LEMA:

Imprensa e Relações Públicas: Direção – Leandro Matulja; coordenação Carolina Bressane; divulgação – Priscila Rosa de Oliveira, Julia Martins, Tchelo Gomez, Victória Ortiz

Planejamento e Criação: Direção – Guilherme Maia; coordenação – Rebeca Lerer; criação – Julia Alves, Pedro Ribeiro Nogueira, Gabriel Siqueira e Rafaela Barros

Direção geral: Letícia Zioni

Gestão de projeto: Guilherme Rocha

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO DA
MINERAÇÃO

OBSERVATORIODAMINERACAO.COM.BR

SINAL
DE FUMAÇA 
MONITOR SOCIOAMBIENTAL

SINALDEFUMACA.COM